

Emília Costa da Silva

Sustentabilidade na Administração Pública: **Desafios no CODAP-UFS**



AYA EDITORA

2024

Sustentabilidade na Administração Pública: Desafios no CODAP-UFS

Emília Costa da Silva

Sustentabilidade na Administração Pública: Desafios no CODAP-UFS



AYA EDITORA

2024

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Autora

Emília Costa da Silva

Capa

AYA Editora©

Revisão

A Autora

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Sociais Aplicadas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva

Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza

Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos

Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega

Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Dr. Clécio Danilo Dias da Silva

Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria de Genaro Chirolí

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis

Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira

Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig

Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos

Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva

Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza

Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso

Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão

Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior

Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti

Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim

Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap

Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Parauapebas

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Dr.ª Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

© 2024 - AYA Editora - O conteúdo deste livro foi enviado pela autora para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Este livro, incluindo todas as ilustrações, informações e opiniões nele contidas, é resultado da criação intelectual exclusiva da autora. A autora detém total responsabilidade pelo conteúdo apresentado, o qual reflete única e inteiramente a sua perspectiva e interpretação pessoal. É importante salientar que o conteúdo deste livro não representa, necessariamente, a visão ou opinião da editora. A função da editora foi estritamente técnica, limitando-se ao serviço de diagramação e registro da obra, sem qualquer influência sobre o conteúdo apresentado ou opiniões expressas. Portanto, quaisquer questionamentos, interpretações ou inferências decorrentes do conteúdo deste livro devem ser direcionados exclusivamente à autora.

S5861 Silva, Emília Costa da

Sustentabilidade na administração pública: desafios no CODAP-UFS
[recurso eletrônico]. / Emília Costa da Silva. -- Ponta Grossa: Aya, 2024. 81 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-547-1

DOI: 10.47573/aya.5379.1.281

Título 1. Desenvolvimento sustentável - Política governamental - Brasil. I.

CDD: 363.700981

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

**International Scientific Journals Publicações
de Periódicos e Editora LTDA**

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	11
Apresentação do Tema	11
Justificativa	13
Problema da Pesquisa	13
Objetivos.....	14
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
Gestão Ambiental na Administração Pública	15
Legislação Ambiental.....	17
Implementação da Política Pública	19
Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).....	23
Estado da Arte	26
METODOLOGIA	31
Tipo da Pesquisa.....	31
Universo e Amostra.....	32
Coletas de dados.....	33
Tratamento dos Dados	34
ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	36
Perfis Sociais	36
Sobre A3P e Eixos Temáticos aos Servidores do CODAP	38
A3P na Visão da Coordenação do NGA ...	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	57

APÊNDICE 1	61
APÊNDICE 2	66
SOBRE A AUTORA.....	75
ÍNDICE REMISSIVO	76

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

A3P	AGENDA AMBIENTAL NA ADMINSTRAÇÃO PÚBLICA
CESAD	CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA
CODAP	COLÉGIO DE APLICAÇÃO
MMA	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
NGA	NÚCLEO DE GESTÃO AMBIENTAL
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PNUMA	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE
SISNAMA	SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE
UFS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

APRESENTAÇÃO

A partir de 1999, as organizações públicas foram sensibilizadas pelo programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), através do Ministério do Meio Ambiente. Para tanto o objeto de estudo procurou analisar a aplicação da A3P pela percepção dos funcionários administrativos do Colégio Aplicação (CODAP), situado na Universidade Federal de Sergipe, localizado na Cidade Universitária prof. José Aloísio de Campos, Jardim Rosa Elze, em São Cristóvão/SE.

Buscou-se também analisar a percepção da coordenação do Núcleo de Gestão Ambiental - NGA, situado no mesmo campo universitário. A Pesquisa é caracterizada como exploratória e pesquisa de campo. O método de pesquisa executado foi de caráter quantitativo e qualitativo. Tendo como instrumento de coleta de dados o questionário e a entrevista. Após análise dos dados pode-se averiguar, de modo geral, que os servidores tinham conhecimento de algumas campanhas de conscientização na diminuição do consumo dos recursos naturais, porém não conheciam o que significava a Agenda Ambiental da Administração Pública.

Sendo assim, faz-se necessário que a instituição de ensino pesquisada em parceria com o NGA alinhe programas de conscientização de maneira efetiva, como treinamento aos servidores sobre a importância da A3P na instituição pública. A motivar os servidores a se comprometerem com a diminuição do consumo acentuado dos recursos naturais.

Boa leitura!

INTRODUÇÃO

Apresentação do Tema

Os danos provocados ao meio ambiente têm sido cada vez mais percebidos, desde o momento em que se vê esgoto lançado nos rios, árvores sendo derrubadas para dar lugar a pastagens e edificações, além de resíduos sólidos abandonados ao céu aberto e tantos outros.

Escolas, empresas e repartições públicas estão procurando diminuir os impactos ambientais, através da mudança de hábitos como o uso racional da energia e água, uso mínimo de papel e separação correta do lixo. Tudo isso, tornou-se um desafio para a população mundial. Para tanto, Strauch (2008) compreende que é responsabilidade dos atores políticos, governo e sociedade terem a preocupação em preservar o meio ambiente e assumir um papel importante nas formas em que se processa essa proteção.

A declaração Rio 92 (Declaração do Rio, 1992), afirma que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas”. A declaração de Joanesburgo (Brasil, 2003) institui a “adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável”. Por essa razão, as instituições públicas têm a responsabilidade de se adequar conforme as recomendações.

De acordo com a Agenda 21¹, capítulo IV em que diz: “estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo”. Desse modo o Ministério do Meio Ambiente desenvolveu o programa visando rever hábitos de produção e consumo nas entidades públicas. Denominando-se ao

1 Conferência Das Nações Unidas Sobre O Meio Ambiente E Desenvolvimento. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: de acordo com a Resolução. N.44/228 da Assembleia Geral da ONU, de 22-12-89, (1992: Rio de Janeiro). Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995.

programa: Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P.

Segundo a cartilha da A3P (Brasil, 2009), o projeto foi criado em 1999 pelo Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de sensibilizar os gestores públicos para a importância das questões ambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras. Ainda, segundo o portal do Ministério do Meio Ambiente, a Portaria nº 217 de 30 de julho de 2008 (Brasil, 2008), instituiu o comitê de implementação da A3P. A partir de então, todas as instituições públicas tiveram a opção de adotar as ações propostas pela A3P nas atividades administrativas.

Por essa razão a Universidade Federal de Sergipe aderiu ao programa em 29 de abril de 2015 (Costa e Carvalho, 2015). Daí então procurou aplicar no campus universitário, os seis eixos temáticos da A3P: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização e capacitação dos servidores, licitações sustentáveis e construções sustentáveis. Todos esses, visam discutir e executar ações que atendam ao propósito de reduzir os impactos socioambientais dentro da administração pública.

A UFS Ambiental, atualmente, denominada por Núcleo de Gestão Ambiental (NGA), é o programa permanente para assuntos relativos à Gestão e Educação Ambiental, foi instituído pela Universidade Federal de Sergipe, no ano de 2012 pela portaria de nº 0420. Está ligada às temáticas: coleta seletiva, trânsito, redução de energia, água, projeto ecológico e desperdício de alimentos.

A Vice-reitoria da Universidade Federal de Sergipe em parceria com Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) executou o programa da agenda. Essa agenda é um programa vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), atuando nas três esferas do governo: federal, estadual e municipal.

O presente trabalho visa investigar a percepção dos servidores administrativos do Colégio Aplicação da Universidade Federal de Sergipe, e da coordenação do Núcleo de Gestão Ambiental-NGA, no que concerne à aplicação da agenda ambiental, a legislação vigente e os impactos da implementação do programa.

Justificativa

O direito ao meio ambiente está pautado na Constituição Federal (Brasil, 1988), no artigo 225, onde todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo um uso comum do povo e essencial a qualidade de vida. Ficando responsável ao poder público e à coletividade o dever de defender o meio ambiente e preservá-lo para às presentes e futuras gerações.

A questão ambiental passou a integrar à agenda pública, pois em 1972, o Programa das Nações Unidas sobre o meio ambiente (PNUMA), coordenado pela ONU, priorizou nos debates os aspectos ambientais conflitantes, tornando-se um problema de relevância pública, fazendo parte do programa do governo.

Por ser um tema discutido a nível mundial, expandindo assim a informação de que todos precisam somar forças contra aos problemas ambientais. A administração pública por sua vez, tem a responsabilidade desenvolver estratégias que *busquem* repensar padrões de consumo, visualizando o uso racional dos recursos naturais, inserindo assim, mudanças de comportamentos no trato das políticas ambientais no órgão público.

No âmbito da gestão ambiental, uma vez executada pela Universidade Federal de Sergipe em parceria com o Núcleo de Gestão Ambiental, espera-se que o resultado dessa pesquisa venha contribuir para a estrutura de funcionamento do órgão.

Problema da Pesquisa

A crescente preocupação sobre o meio ambiente vem se tornando cada vez mais discutido nas pautas das conferências ambientais. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Rio 92 percebeu que se a humanidade não adotar nenhuma mudança de comportamento no uso dos recursos naturais de forma consciente. Poderá no futuro próximo não haver recursos suficientes.

Submetido a essa crescente preocupação, tornou-se necessário encarar os

problemas ambientais, nas partições administrativas, desenvolvendo práticas racionais nos usos dos recursos naturais, do tipo: diminuição do consumo de papel nos setores administrativos, energia elétrica, água e descartes de resíduos de forma corretas.

Interligado a essa condição de enfrentar a adversidade ambiental, surge à necessidade de conhecer as ações desenvolvidas pela universidade, uma vez que, sendo usuário do recurso natural e executores das tais ações. Buscar alternativas que possam proporcionar melhorias ao meio ambiente, além de conduzir práticas de sustentabilidade ambiental dentro da administração pública.

Por essas razões se faz necessário responder a questão problema dessa investigação: Quais os efeitos do processo de implementação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) no Colégio Aplicação da Universidade Federal de Sergipe - CODAP?

Objetivos

Geral

Analisar a percepção dos funcionários administrativos do CODAP e da coordenação do Núcleo de Gestão Ambiental-NGA quanto à aplicação da A3P.

Específico

a) Identificar instrumentos de implementação da A3P no CODAP;

b) Compreender como servidores administrativos do CODAP e a coordenação do NGA interagem e se comportam diante das medidas relacionadas aos eixos propostos pelo programa;

O presente trabalho é composto por cinco capítulos, incluindo esta introdução e as quatro seções. Na seção 2, aborda o Referencial Teórico. Na seção 3, a Metodologia e a seção 4, Apresentação dos Resultados e o último capítulo, Considerações Finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Gestão Ambiental na Administração Pública

A organização para conseguir ter sucesso, é preciso administrar com eficiência e eficácia. Para Jacobsen (2006), eficácia significa que é atingir os objetivos planejados. Já administrar com eficiência implica em alcançar os objetivos dentro dos menores custos. Então, entende-se que administrar é gerir um órgão ou uma organização a fim de que ministre com responsabilidade e redução de gastos, e alcance os bons resultados.

Trigueiro (2009, p. 14), define a palavra administração, originária do latim *ad*, que significa direção, e *minister*, subordinação ou obediência; isto é, uma atividade realizada por alguém sob o comando de outro. Já para Maximiano (2006, p. 6), a administração [...] é o processo de tomar decisões sobre objetivos e utilização correto dos recursos.

Nesse sentido, o setor público usa as noções de administração, denominando Administração Pública. No Brasil as atividades administrativas são organizadas, dentro dos âmbitos governamentais, que podem ser Administração Pública Direta e Administração Pública Indireta.

Brandião (2008), informa em que a Administração Pública Direta é aquela exercida pela administração por meio dos seus órgãos internos e a Administração Pública Indireta refere-se a atividade estatal entregue a outras pessoas jurídicas: autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundações.

Já Meirelles (1990, p. 65), conceitua Administração Pública, como um conjunto

de órgãos instituídos para consecução dos objetivos, de interesse da coletividade, e aparelhamento do Estado para a realização dos serviços públicos. Para tanto, o conceito de administração pública segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino *apud* Junquillo (2010, p. 27), é descrito como sendo: “[...] a expressão administração pública designa o conjunto das atividades diretamente destinadas à execução concreta das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou organização estatal”.

A maneira de usar os recursos de forma racional, em relação ao custo e benefício na administração pública, é fundamental gerir de modo eficiente. A fim de não elevar custos desnecessários, como Walkiria (2015) cita no seu trabalho, empresas custeando elevados gastos, em virtude de indenizações, recuperação de ambientes danificados e ações para abrandar ou controlar danos causados ao meio ambiente.

Sabendo que as entidades públicas são uma das maiores consumidoras dos recursos naturais para executar suas funções, faz-se necessário as organizações preocupar-se com o uso correto desse recurso, que é patrimônio de todos, a exemplo do uso racional da água, consumo consciente de papel, controle nos gastos de energia elétrica, e definir outros dispositivos que venham ajudar no consumo consciente e redução de gastos dos cofres públicos nas instituições públicas.

Com o aumento do consumo dos recursos naturais, faz-se necessário gerir o meio ambiente com noções de administração conforme conceitua Philippi Jr e Bruna (2004), o termo Gestão Ambiental, que diz respeito ao ato de administrar, dirigir ou reger os ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente, num processo de interação entre as atividades que exercem, buscando a preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, seguindo os padrões de qualidade, com a finalidade de manter o equilíbrio entre natureza e seres humanos.

Quintas (2006) compreende Gestão Ambiental na Administração Pública, sendo um processo de mediação de interesses de conflitos, desempenhado entre o Estado e os autores sociais:

A Gestão ambiental, portanto, é vista aqui como o processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal (Quintas, 2006, p.30).

Também, Barbieri (1997) entende gestão ambiental no setor público como: “ação do poder público conduzido segundo uma política pública ambiental, através de um conjunto de objetivos, diretrizes e instrumentos de ação que o poder público dispõe para produzir efeitos desejáveis sobre o meio ambiente” (Barbieri, 1997 *apud* Rêgo; Pimenta; Saraiva, 2011, p.32).

Com isso, a gestão ambiental na administração pública possibilita aos servidores da administração a otimização dos recursos de maneira estratégica. Contudo, buscar o equilíbrio, entre a sociedade e a natureza, utilizando conceitos da administração para o combate ao desperdício e a degradação ambiental é papel de todos buscarem o bem estar social.

Legislação Ambiental

Em 1981, a lei de Política Nacional do Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81, visou assegurar, ao país, condições ao desenvolvimento-sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana, atendendo aos vários princípios que se encontram na respectiva lei (1981, art. 2).

Sete anos mais tarde, assegurou a Constituição Federal de 1988 no artigo 225, medidas preventivas impondo o poder público a tarefa de desempenhar a defesa e a preservação do meio ambiente. Vejamos o que o artigo 225 define:

Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações (Brasil, 1988).

Em 1999, surge a lei 9.795, que trata sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e de outras providências. Tais como o conceito de educação ambiental; transferência de incumbências que são para o poder público, às

instituições educativas, aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, aos meios de comunicação em massa, às empresas e à sociedade; além de tratar os princípios básicos da educação ambiental e seus objetivos.

Em seguida aponta a lei 12.305/2010 dispendo dos objetivos, princípios e instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos; alterando também a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; onde gerencia os resíduos sólidos, incluindo os perigosos, porém, não se aplica aos rejeitos radioativos.

Ainda no mesmo ano, a IN 01 (2010) regulamentou medidas de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Onde deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, nos contratos e licitações, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas, obras públicas sustentáveis além de aquisição de bens, com critérios de sustentabilidade ambiental.

Além dessas legislações que têm como propósito em comum, a necessidade da conservação ambiental, temos importantes legislações e ações relacionadas ao princípio e diretrizes da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), extraído do portal do Ministério do Meio Ambiente:

Quadro 1 - Leis e ações relacionadas com as diretrizes da A3P.

LEIS/DECRETOS/INSTRUÇÕES/PROJETOS	FINALIDADE
Decreto nº 5.940/2006	Instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, bem como sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.
Lei nº 12.349/2010	Altera o Art. 3º Lei nº 8.666/1993 com a inclusão da Promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável como objetivo das licitações
Lei 12.187/2009	Política Nacional de Mudanças Climáticas
Lei 12.305/2010	Política Nacional de Resíduos Sólidos;
Instrução Normativa nº 1/2010 do MPOG	Estabelece critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal.
ISO 2600	Diretrizes sobre responsabilidade social
Lei 12.462/2011	Regime Diferenciado de Contratações Públicas.
Recomendação CONAMA Nº 12/2011	Indica aos órgãos e entidades do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA a adoção de normas e padrões de sustentabilidade

LEIS/DECRETOS/INSTRUÇÕES/PROJETOS	FINALIDADE
Projeto Esplanada Sustentável em 2012	Composto pela A3P do MMA, PEG/MPOG, do PROCEL/MME e da Coleta Seletiva Solidária da Secretaria Geral da Presidência da República, com metas de redução nos gastos e consumos pela administração pública federal.
Decreto nº 7.746/2012	Determina a adoção de iniciativas, dentre elas a A3P, referentes ao tema da sustentabilidade pelos órgãos e entidades federais bem como suas vinculadas.
Instrução Normativa Nº 10/2012	MPOG – estabelece as regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável pela administração pública federal bem como suas vinculadas.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente – MMA, 2016.

Implementação da Política Pública

O interesse da coletividade é um dos propósitos da administração pública para que possa atingir os objetivos propostos. Sendo assim, o entendimento sobre Política Pública segundo Sechhi (2014) é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema Público. Já para Santos (2012) refere-se necessariamente a aspectos da vida social relacionados à esfera pública. Ainda, Souza (2006) resume como campo de conhecimento que busca colocar o governo em ação, analisando ações e quando necessário propõe mudanças no curso dessas ações.

Embora não haja um consenso sobre a definição de política pública por conta de várias definições e discussões teóricas e inconclusas (Rua, 2013), porém, pode-se ter uma compreensão geral, buscando sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia e nas inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (Souza, 2006, p.25).

Quanto ao papel do governo diante da questão política pública implica responder à questão sobre o espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas (Souza, 2006), assim como, refletem as pressões do grupo de interesse. No entanto, Rua (2013) entende que a política pública não está subordinada ao Estado. Pois existem outras políticas públicas que atuam em parceria com os atores estatais como as organizações não governamentais (ONGs) e organizações internacionais.

Por falar de atores sociais, Sechhi (2014) define dentro da política pública as ca-

categorias de atores no processo de política pública: Atores Governamentais e Não Governamentais. Os atores governamentais alcançam os políticos, designados politicamente, burocratas e juizes. Do outro lado, os não governamentais são constituídos de grupo de interesse, partidos políticos, meios de comunicação, ThinkTanks, destinatários das políticas públicas, organizações do terceiro setor e outros do tipo: fornecedores, organismos internacionais, comunidades epistêmicas, financiadores, especialista etc.

Faz necessário salientar o que o Secchi (2014) diz sobre essa categorização:

O fato de alguns atores aparecerem em uma mesma categoria não quer dizer que tenham comportamento ou interesses em comum. A saliência de interesse dos atores é idiossincrática ao contexto político em estudo. Um mesmo ator pode ter diferentes interesses em diferentes contextos ou em diferentes fases do processo de elaboração de política pública, da mesma forma que atores de uma mesma categoria podem ter interesses e comportamentos conflitantes (Secchi, 2014, p. 100).

Além de apresentar interesses diferentes dos tais atores, o autor explica que cada arena há uma configuração de atores bastante peculiar, prevalecendo em um e ao mesmo tempo, faltando em outros. Ou seja, cada área é específica nas suas atuações. Contudo, Secchi (2014) continua enfatizar que a presença desses atores em uma arena acontece em função de quão diretos são os resultados da política pública sobre suas atividades, possuindo assim, a probabilidade de efeitos positivos ou negativos da política pública sobre a atividade praticada.

Em outras palavras, seguindo a explicação do autor, entende-se que as arenas interagem entre o momento da implementação da política pública, porém, essas tais políticas podem deixar o efeito tanto positivo quanto negativo sobre as atividades que exercem. Entretanto, o papel do ator político é de muita importância na execução das políticas públicas no setor público. Pois parte do Poder Executivo a efetividade dessas ações.

Segundo a tipologia de James Quinn Wilson, o tipo de “política empreendedora importa em benefícios coletivos, e os custos ficam concentrados sobre certas categorias” (Secchi, 2014, p.27). Isso quer dizer, que a política pública ambiental, pode ser do tipo que beneficia a coletividade, implicando mudanças que oneram alguns em benefícios de todos (Rua, 2013).

De acordo com Spadotto e Elias (2011) as políticas públicas ambientais são embasadas pelos princípios constitucionais de prevenção, práticas de sustentabilidade e que necessita de uma estrutura para suportar a complexidade envolvendo questões ambientais.

Políticas públicas ambientais têm por base os princípios constitucionais da precaução e prevenção, tendo sempre um olhar nos efeitos ocasionados numa determinada área e no desenvolvimento sustentável. Portanto, a responsabilidade pela implantação de políticas públicas ambientais invoca toda a estrutura social, econômica e política, gerando a formação de sistemas complexos. São instrumentos das políticas públicas ambientais o Zoneamento Ecológico – Econômico – ZEE e a própria educação ambiental *lato sensu* (Spadotto; Elias, 2011).

O processo de elaboração de políticas públicas, conhecido também por ciclo de políticas públicas, consiste segundo Sechhi (2014, p.43) em um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes. Ainda segundo o autor, tal ciclo compreende diversas fases: identificação do problema, formação da agenda, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, avaliação e extinção.

Já Souza (2006) compreende o ciclo de políticas públicas, seguindo a tipologia deliberativa, formada por vários estágios, constituída pelo processo dinâmico e de aprendizagem. Constituído no seguinte: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

A opção do conceito de ciclo de políticas públicas segundo Secchi (2014) será seguida pela forma didática que o mesmo aborda em sua obra. Portanto, pode-se resumir o processo de elaboração da política pública, partindo da identificação do problema, sendo um problema de caráter público e que já afetou a vida de pessoas, ou estar presente por muito tempo e não sofreu atenção devida, ou mesmo uma catástrofe natural.

Ainda, o mesmo autor comenta quem são os atores sociais que se preocupam constantemente em identificar os problemas públicos. Por conseguinte, a participação da agenda consiste em um problema identificado pelo ator político e passou a entrar nas listas de prioridades de atuação, significando assim em um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes.

Por sua vez, a formulação de alternativas se dá desde o momento em que foi introduzida na agenda o tais problema. Essa fase segue a formulação de soluções para o estabelecimento de objetivos e estratégias. Sucedido a fase de formulação de soluções, a tomada de decisão “representa o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções (objetivos e métodos) de enfrentamento de um problema público são explicitadas” (Sechhi, 2014, p. 51).

A fase de implementação, sucede a tomada de decisão, e o Sechhi (2014) entende essa fase como resultados concretos da política pública. Importa nesse estágio, segundo o autor, visualizar os esquemas analíticos estruturados, obstáculos e falhas que costumam acontecer. E também é possível visualizar erros anteriores à tomada de decisão. Já a avaliação constitui no “processo de julgamentos deliberados sobre a validade de propostas para a ação pública, bem como sobre o sucesso ou falha de projetos que foram colocados em prática” (Anderson, 1979, *apud* Sechhi, 2014, p. 62).

Finalizando a fase do ciclo, extinção da política pública, Sechhi (2014) percebe que o ciclo da política pública tem um fim, pois o autor explica as possíveis causas desse término, que pode se dá pelo problema resolvido; problemas são percebidos como ineficazes e por existir problemas que perdeu progressivamente a importância e saiu da agenda política.

Deste modo, a implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública acontece em primeiro instante quando a instituição decide rever posturas, atitudes e práticas internas com a finalidade de consolidar a Agenda Ambiental em sua estrutura organizacional.

Em seguida, a assinatura de um Termo de Adesão, onde é possível demonstrar o que interessa da instituição em manter o compromisso de montar a A3P. E por último, a adoção da Rede A3P, que é canal de comunicação permanente, utilizada para troca de informações, experiências e intercâmbio técnico entre os participantes, culminando na difusão de temas relevantes à agenda ambiental. Permitindo assim, incentivar as mudanças organizacionais internas, (Cartilha Agenda Ambiental na Administração Pública, 2009).

Portanto, participação da política pública na gestão ambiental permite compreender

os problemas ambientais, proteger os recursos naturais e ainda conservar esses recursos para as futuras gerações poderem usufruir de forma consciente. É o que diz Carlowitz *apud* Floriano, (2007, p. 2):

As políticas públicas de gestão ambiental devem ter como objetivo não só a gestão de recursos para proteger o ambiente natural, mas principalmente servir como orientação na solução de conflitos sociais que envolvam questões ambientais, tendo em vista o bem estar social e a conservação de recursos para as futuras gerações (Carlowitz, 1973 APUD Floriano, 2007, p. 2).

Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Em 1972, O Programa das Nações Unidas sobre o meio ambiente (PNUMA), coordenado pela ONU, priorizou nos debates os aspectos ambientais conflitantes, a gestão dos ecossistemas, governança ambiental, a eficiência dos recursos e a mudança climática. (ONU, 2016). A partir desta data configurou-se, numa tentativa de reunir representantes de todos os países do mundo para discutir e divulgar a nova concepção de desenvolvimento sustentável desde o Relatório Brundtland de Estocolmo (Peccatiello, 2011, p. 76).

Consequentemente, a necessidade de tomar alguma decisão sobre o meio ambiente, passou a ser discutido na agenda pública, de modo que em 1992, no Rio de Janeiro, a Comissão da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, adotou a Agenda 21, um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, uma tentativa de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, conciliada a proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica, é um tipo de programa com ações que visa tais mudanças (Nascimento, 2010, p. 46).

Nessa perspectiva, segundo o portal do Ministério do Meio ambiente, a Agenda Ambiental da Administração Pública surgiu em 1999 como um projeto do Ministério do Meio Ambiente que buscava a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública. E sensibilizar os gestores públicos sobre as questões ambientais (Cartilha Agenda Ambiental

na Administração Pública, 2009).

Por sua vez, em 2008, instituiu o Comitê de Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), pela portaria de número 217 de 2008. E desenvolveu o programa da A3P de iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Fundamentada nas recomendações do Capítulo IV da Agenda 21, os países devem mudar os padrões de consumo, tais como: “exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo”, e na Declaração do Rio/92, que afirma que “Para alcançar o desenvolvimento sustentável e uma melhor qualidade de vida para todas as pessoas, os Estados devem reduzir e eliminar os sistemas de produção e consumo não sustentados e fomentar políticas demográficas apropriadas”.

Para desenvolver os projetos da implementação da A3P nas instituições públicas, como forma de instrumento de compromisso de execução da agenda, foi desenvolvida um Termo de Adesão a essas instituições. Segundo os dados do Ministério do Meio Ambiente, até junho de 2015, recebeu registro de 165 instituições públicas municipais, estaduais e federais possuem termo de adesão vigente com o programa.

Nesse programa possui seis eixos temáticos, inspirados pelo princípio da política de 5Rs (Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar a consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos).

Em sua estrutura possuem os eixos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização, capacitação dos servidores, licitações sustentáveis e construções sustentáveis.

Segundo a Cartilha (Cartilha Agenda Ambiental na Administração Pública, 2009), cada eixo compreende as seguintes definições:

Quadro 2 - Compreensão dos seis eixos temáticos.

Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	Usar racionalmente os recursos naturais e bens públicos implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. Este eixo engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.
Gestão adequada dos resíduos gerados	A gestão adequada dos resíduos passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. Dessa forma deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente.
Qualidade de vida no ambiente de trabalho	A qualidade de vida no ambiente de trabalho visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.
Sensibilização e capacitação dos servidores	A sensibilização busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.
Licitações sustentáveis	A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental das suas compras. Licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço.
Construções Sustentáveis	Visa à sustentabilidade da edificação, minimizando impactos negativos sobre o meio ambiente. A obra sustentável considera todo o projeto da obra analisando o ciclo de vida do empreendimento, levando consideração e uso de matérias primas com reaproveitamento de materiais durante a execução da obra e o tempo de vida útil da obra.

Fonte: Baseado na Cartilha A3P/MMA, 2009.

A Universidade Federal de Sergipe deu início a implementação do programa A3P, em 29 de abril de 2015, em parceria com o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA), colocando em prática as exigências do programa. Atualmente, quatro eixos temáticos foram implantados, segundo Carvalho e Costa (2015). É importante salientar que as execuções desses eixos não foram seguidas de forma cronológica conforme as sequências dos eixos temáticos.

A gestão de resíduos sólidos foi o primeiro eixo temático implantado na universidade. Sendo este, referente ao segundo eixo temático da A3P. Por sua vez, refere-se à coleta para o tratamento de quaisquer restos de materiais produzidos em todo o campus da universidade, sejam eles químicos, biológicos, hospitalares, orgânicos ou comuns.

O segundo eixo executado, o uso racional dos recursos, este referente ao primeiro eixo temático do programa, foi desenvolvido práticas de medição consumo da água, energia e telefonia, para realização de comparação de dados entre a própria instituição e as outras instituições federais de ensino superior (Carvalho e Costa, 2015).

O próximo eixo implantado na universidade foi às licitações sustentáveis, referente ao eixo cinco do programa A3P. De acordo com Carvalho e Costa (2015), nesse eixo, realizou análise de especificações, com 30 itens mais adquiridos pela UFS: 15 itens de material de construção e 15 itens de equipamento. O objetivo da análise é perceber se estão dentro de uma instrução normativa ambiental para que sejam consideradas sustentáveis.

O último eixo executado, a qualidade de vida no trabalho, terceiro eixo temático da A3P, foi realizado uma pesquisa de percepção da comunidade (técnicos, professores, bolsistas e terceirizados) sobre o ambiente e como ele pode ser melhorado, no tocante ao ambiente do trabalho: poluição sonora, ruídos, iluminação, ergometria dos equipamentos, entre outros, (Carvalho ; Costa, 2015).

Estado da Arte

A aplicação da agenda ambiental na administração pública é discutida por Luiz, Rau e Pfitscher (2013) no artigo intitulado *“Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia”*.

A proposta dos autores neste artigo foi objetivo geral analisar a aplicação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e da legislação ambiental nas atividades socioambientais praticadas por um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado de Santa Catarina.

Os autores elencaram como objetivos específicos do trabalho analisar a observância à legislação; mensurar a aderência da Instituição em relação às ações propostas na A3P e verificar o status da implantação das políticas socioambientais.

A metodologia realizada foi o estudo de caso realizado por meio da aplicação de um checklist contendo 52 perguntas, subdivididas em cinco eixos temáticos, com opções de resposta “Adere” ou “Não Adere”. Além do checklist, também se realizou uma entrevista semiestruturada de estudo exploratório a fim de conhecer com maior profundidade a proposta da A3P e as principais legislações ambientais vigente no Brasil.

Os autores para realizarem um estudo exploratório foram necessários revisar teorias anteriormente publicadas em artigos, revistas, livros, legislações e outras fontes. Em sua metodologia, adicionou à pesquisa bibliográfica o estudo de caso, e a análise do problema se dá por meio de uma abordagem qualitativa.

Em sua fundamentação teórica, os autores fizeram uma abordagem sobre Responsabilidade Socioambiental e Desenvolvimento Sustentável que vem sendo discutido em nível mundial, na expectativa de construir um desenvolvimento sustentável para todas as nações. Tratam também nessa fase as principais legislações ambientais vigentes no Brasil. Destacando no princípio a fundamentação constitucional para responsabilidades preventivas ambientais, baseada no artigo 225 da Carta Magna, e por seguinte, principais legislações ambientais que são: decretos, leis e resoluções que estabelecem medidas sócios ambientais.

Do mesmo modo, menciona em sua obra, o programa da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, que consiste em promover o uso racional dos recursos naturais no âmbito da administração pública.

Conclui-se que a instituição pesquisada possui aderência parcial as recomendações do Ministério do Meio Ambiente quanto à proposta da A3P e ao atendimento a legislação. A instituição encontrava-se em estágio embrionário na questão sócio ambiental e possuía uma demanda interna políticas e projetos voltados para essa área.

A questão sobre a agenda ambiental, abordada rapidamente no artigo de Rego, Pimenta e Saraiva (2011), no trabalho intitulado “*Agenda Ambiental na Administração Pública - A3p: Um Estudo sobre a Potencialidade de Aplicação no Município de São Gonçalo do Amarante/RN*”.

Os autores traçaram como objetivo do trabalho analisar a situação da implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) nas secretarias de finanças, infraestrutura, saúde, meio ambiente e urbanismo do município de São Gonçalo do Amarante/RN.

A metodologia aplicada à pesquisa foi de caráter exploratório e explicativo. No estudo exploratório definiu o problema, realizou uma revisão de literatura para a aquisição de base conceitual sobre a A3P e sobre de que modo elaborar instrumento de coleta de informações.

Quanto ao estudo explicativo, os autores buscaram desenvolver levantamento de informações através de uma entrevista usando um questionário estruturado com os gestores de quatro secretarias municipais do município de São Gonçalo do Amarante e por fim uma fase analítica, na qual se buscou uma análise dos dados relevantes, discussão e conclusão.

Como resultados do trabalho, os pesquisadores constataram grupos com maior potencialidade de desenvolvimento de trabalhos foram: uso racional de recursos; licitações sustentáveis; qualidade de vida e sensibilização e capacitação dos servidores. Em relação ao uso racional de recursos, destaca-se uma potencialidade de trabalhar quanto ao uso racional da água, uso de materiais e gerenciamento de resíduos. Em relação às licitações sustentáveis, a maior potencialidade está no fato de se comprar materiais de consumo recicláveis, como papel, o que não é feito.

Enfatizaram que o baixo desempenho em relação ao uso preventivo de recursos naturais, como materiais, água e energia, além do gerenciamento inadequado dos resíduos, denota uma conduta falha em relação ao controle dos aspectos ambientais que podem causar impactos sobre o meio ambiente.

Sobretudo, a Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo que poderia demonstrar um bom desempenho, principalmente por demandar essa boa conduta das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras no processo de licenciamento ambiental. Constataram, também, que as secretarias com um melhor desempenho em relação à potencialidade de aplicação

da A3P foram as Secretarias de Saúde e a de Infraestrutura. Acreditando que isso se deve à percepção dos gestores entrevistados sobre a sustentabilidade.

Por outro lado, verificou-se que os gestores das Secretarias de Finanças e Meio Ambiente e Urbanismo eram conscientes da importância da implantação da A3P, porém não tinham o interesse em desenvolver, naquele momento, às variáveis avaliadas.

Outro trabalho que trata sobre a temática, mas focado sobre a percepção dos policiais, foi o desenvolvido e publicado por Costa (2015) intitulado *“Percepção dos policiais do Pelotão Ambiental do Estado de Sergipe sobre Agenda Ambiental na Administração Pública”*.

O autor fez um estudo sobre a percepção dos policiais militares sobre a implantação da agenda ambiental na administração pública no Pelotão Ambiental como forma de entender a relação dos mesmos com a qualidade de vida e a adoção de práticas sustentáveis dentro do ambiente de trabalho.

Quanto à metodologia, o pesquisador considerou mais adequado realizar levantamento de informações através de um questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas no sentido de melhor entender a percepção dos mesmos. No questionário havia perguntas sobre o perfil dos militares (idade, gênero, formação escolar, conhecimento sobre a A3P e interesse na implantação no local de trabalho), ambiente de trabalho (iluminação, climatização, limpeza), resíduos sólidos (colaboração, descarte e tipo de lixo gerado) e uso racional de papel, de água, de energia, de material de expediente. O questionário foi aplicado com 31 policiais que estão empregados no policiamento ostensivo e os que trabalham na função administrativa. As respostas dos questionários foram tabuladas em planilha Excel. Em seguida, as respostas semelhantes foram agrupadas em categorias.

Como resultado da pesquisa o autor observou-se que, a maioria dos entrevistados respondeu que não conheciam a A3P, porém informaram que adotariam o programa no seu ambiente de trabalho, uma vez que existe dentro do Pelotão Ambiental uma preocupação em usar de forma racional os recursos, pois a maioria entende que é de fonte esgotável. Além disso, o Pelotão Ambiental não possui uma construção sustentável no sentido de

otimizar os recursos naturais como fonte de ventilação e iluminação naturais, sendo por esse motivo uma reclamação dos policiais ambientais e um uso maior desses recursos.

No local, há uma diversidade de produção de resíduos sólidos, porém não existe uma coleta seletiva, algo que seria adotado pela maioria segundo os entrevistados. Os resultados obtidos no respectivo trabalho indicam que há realmente a necessidade de implantar a Agenda Ambiental na Administração Pública tendo em vista que a maioria dos servidores desconhece as práticas sugeridas por essa Agenda.

Portanto, é de suma importância a adoção dessas práticas a fim de poder proporcionar uma melhor qualidade de vida no ambiente de trabalho e reduzir os danos ambientais causados pelas práticas não adequadas.

METODOLOGIA

A Metodologia para Silva (2005) tem como função de mostrar o “caminho das pedras” da pesquisa, para ajudar o pesquisador a refletir e instigarem novo olhar sobre o mundo: um olhar curioso, indagar o criativo. A mesma autora ainda define:

Nesta etapa você irá definir onde e como será realizada a pesquisa. Definirá o tipo de pesquisa, a população (universo da pesquisa), a amostragem, os instrumentos de coleta de dados e a forma como pretende tabular e analisar seus dados (Silva, 2005, p. 32).

Por sua vez, Zanella (2009, p. 61) define metodologia como o estudo dos caminhos a serem percorridos para se realizar uma pesquisa.

Em se tratando de conceito, vale ainda acrescentar a compreensão de método de acordo com Provinciali (2010, p. 32):

A palavra método significa o conjunto de etapas e processos a serem ultrapassados ordenadamente na investigação dos fatos ou na procura da verdade. Propicia, portanto, o controle da busca do conhecimento, ou seja, é o que permite, na ciência, delimitar o campo da pesquisa (Provinciali, 2010, p. 32).

Nesse contexto, faz necessário entender os conceitos de metodologia e método para que neste capítulo demonstre os procedimentos técnicos a serem executados no processo da investigação científica.

Tipo da Pesquisa

Esta etapa tem a finalidade de apresentar qual tipo de pesquisa que o presente trabalho irá seguir.

O tipo de pesquisa tem dois critérios de classificação para (Vergara *apud* Provinciali, 2010, p.33): Meios e Fins. O critério Meios, no que se refere aos meios de pesquisa pode ser: pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, *ex-post-facto*, participante, pesquisa-ação e estudo de caso. Quanto aos fins, a pesquisa pode ser: exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada e intervencionista.

Deste modo, pesquisa segundo Zanella (2009) são conjunto de ações, propostas para encontrar a solução para um problema, que têm por base procedimentos racionais e sistemáticos. A pesquisa é realizada quando se tem um problema e não se têm informações para solucioná-lo. Sendo assim, a classificação desta pesquisa quanto aos meios é uma pesquisa de campo, pois requer ao pesquisador coletar informações diretamente da fonte.

E quanto aos fins, a pesquisa é tipo exploratório e descritivo. Pois a pesquisa exploratória identifica a natureza do fenômeno. E a pesquisa descritiva descreve o perfil das pessoas participantes da pesquisa como renda, idade, escolaridade e profissão (Zanella, 2009, p.111).

Desse modo Koche (2011, p.127) explica as características do tipo exploratório:

É necessário desencadear um processo de investigação que identifique a natureza do fenômeno e aponte as características essenciais das variáveis que se quer estudar. Na pesquisa exploratória não se trabalha com a relação entre variáveis, mas com o levantamento da presença das variáveis e da sua caracterização quantitativa ou qualitativa (Koche, 2011. p. 127).

Universo e Amostra

Provinciali (2010) conceitua o termo universo como a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo. Já amostra é parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou plano.

Portanto, a amostra apresentada é constituída pelos servidores administrativos do Colégio de Aplicação-CODAP da Universidade Federal de Sergipe em São Cristóvão. E um entrevistado que é o coordenador do Núcleo de Gestão ambiental – NGA.

Foi realizada a pesquisa na referida escola no período acadêmico de 2016.1, entre 08 a 10 de agosto de 2016. E ao coordenador do NGA em 02 de junho de 2016.

Coletas de dados

A proposta do estudo foi realizada em uma pesquisa de campo, levantando informações através de questionários abertos e fechados. Conhecido também por Lakatos; Marconi (1991) *apud* Zanella (2009) como um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto. Assim como Zanella (2009, p. 112), o questionário refere-se à descrição do perfil de pessoas participantes da pesquisa como renda, idade, escolaridade e profissão; além de conhecer o comportamento das pessoas como padrão de consumo, comportamento social, econômico e pessoal.

Antes de coletar os dados dos servidores do CODAP, estabeleceu-se um contato com o coordenador do NGA, a fim de aplicar um questionário de perguntas abertas e fechadas. Em seguida, a concluinte de curso, foi apresentada a coordenadoria pedagógica da referida escola, por meio de um ofício escrito pelo coordenador do curso de Administração Pública do Centro de Educação Superior à distância-CESAD. Uma solicitação de permissão para aplicar o questionário ao público alvo de investigação.

O instrumento de coleta de dados aplicado aos servidores da administração do CODAP foi o questionário do tipo fechado, com características descritivas, onde o objetivo é descrever o perfil das pessoas participantes da pesquisa como renda, idade, escolaridade e profissão (Zanella, 2009, p.111). Conforme o questionário (Apêndice 1). No total de 12 formulários aplicados.

No apêndice 1, que foi o questionário aplicado aos servidores do CODAP, mostra que foi um questionário fechado. Já o questionário aplicado à coordenação do NGA, cujo formulário encontra-se no apêndice 2, foram perguntas do tipo abertas e fechadas.

Esse trabalho tem a forma de abordar o problema de maneira qualitativa e quantitativa. A pesquisa quantitativa busca obter dados de censos, estatísticas e medir as relações entre as variáveis. Quanto à forma qualitativa, Zanella (2009, p. 17) trata essa maneira de abordagem, como ambiente natural às fontes diretas dos dados, pois tem a preocupação básica o mundo empírico em seu ambiente natural. Ainda, a autora diz que

o pesquisador tem uma importância no campo no processo da coleta e análise dos dados, isso porque é o pesquisador que observa, seleciona, interpreta e registra os comentários e as informações do ambiente de pesquisa.

Do mesmo modo, Zanella (2009, 78), ressalta que as pesquisas qualitativa e quantitativa são complementares, podendo ser utilizadas em uma mesma pesquisa. Baseada no argumento da autora foi pensada em realizar o atual trabalho em duas naturezas.

Influenciado por Santos (2013), um quadro de consistência foi elaborado em cima das questões, onde as perguntas foram fundamentadas no problema da pesquisa, objetivos gerais e específicos a fim de obter resultados consistentes de acordo com o planejado.

Quadro 3 - Quadro de Consistência.

Problema da Pesquisa	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Questões
Quais os efeitos do processo de implementação da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) no Colégio Aplicação da Universidade Federal de Sergipe?	Analisar a aplicação da A3P no CODAP na percepção dos funcionários administrativos e da coordenação do Núcleo de Gestão Ambiental- NGA.	Identificar instrumentos de implementação da A3P no CODAP;	5,6,7,8,9
		Compreender como servidores administrativos do CODAP interagem e se comportam diante das medidas relacionadas aos eixos propostos pelo programa;	10,11,12,13,14,15,16,17,18
		Identificar a percepção da coordenação do NGA quanto à aplicação da A3P na UFS.	Apêndice 2

Fonte: Baseado em Santos, 2013.

Tratamento dos Dados

De acordo com Vergara (2000) é nesta seção onde será mostrada a forma como os dados coletados foram tratados, apresentando justificativa para o referido tratamento e porque ele atende aos propósitos do projeto.

Discutir e analisar os dados segundo Moresi (2003) compreende interpretação e organização das informações atendidas de acordo com os objetivos da pesquisa e comparar com as provas existentes. Conforme o autor:

Interpretará e analisará os dados que tabulou e organizou na etapa anterior. A análise deve ser feita para atender aos objetivos da pesquisa e para comparar e confrontar dados e provas com o objetivo de confirmar ou rejeitar a(s) hipótese(s) ou os pressupostos da pesquisa (Moresi, 2003, p. 31).

Sendo assim, o processo de análise de abordagem quantitativa tem a finalidade de descrever, pois utilizam “dados estatísticos para identificar e caracterizar relações entre variáveis” (Zanella, 2009). Já a abordagem qualitativa busca “compreender a realidade a partir da descrição de significados, de opiniões, já que parte da perspectiva do participante e não do pesquisador” (Zanella, 2009).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo tem a finalidade de apresentar os resultados, e fazer interpretações dos dados obtidos durante a investigação aos servidores administrativos do Colégio de Aplicação e ao coordenador do Núcleo de Gestão Ambiental-NGA.

Perfis Sociais

No intuito de conhecer aspectos específicos do usuário entrevistado é possível traçar os aspectos do entrevistado como cargo ocupado, sexo, faixa etária e escolaridade. Sendo assim, seguem-se as análises referidas.

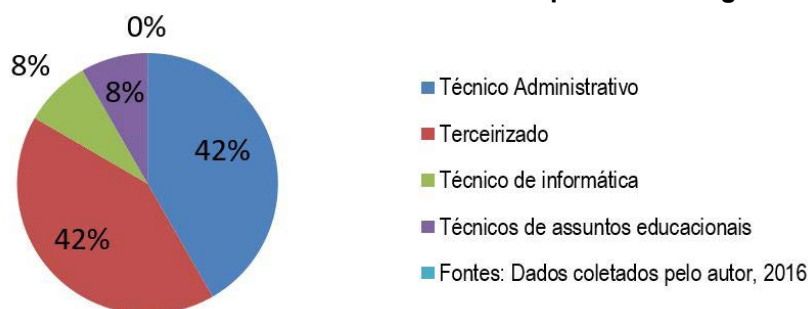
Cargo/Função ou Atividade

Com relação a cargo, função ou atividade, foi possível perceber uma proporção entre terceirizados e técnicos administrativos, ambos com 42% dos funcionários existentes. Os demais são técnicos em informática e técnico em assuntos educacionais, que por sua vez, assumem funções administrativas.

A proporção de entrevistados são funcionários técnicos administrativos, legalmente investidos de cargo público, e terceirizados. Essa proporção de terceirizados demonstra um possível aumento do quadro de pessoas contratados por terceirização.

Já o cargo de técnico administrativo, refere-se àqueles que assumiram as funções administrativas como técnico administrativo, legalmente investido em cargo público, conforme o artigo 2 da lei 8.112/90.

Gráfico 1 - Percentual de entrevistado quanto ao Cargo.

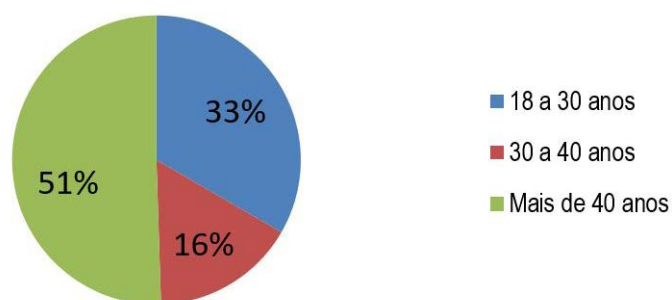


Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016.

Faixa Etária

Diagnosticou que a maioria dos entrevistados tinha faixa etária maior que quarenta anos. Logo, possuíam quatro indivíduos entre a faixa de 18 a 30 anos com 33,3% de representação dessa faixa; dois entre a faixa de 30 e 40, concernente a 16,6%; e seis pessoas entrevistadas na faixa de mais de 40, referente a 50% pesquisados. Isso demonstra que os perfis etários dos trabalhadores são de pessoas de meia idade. Podemos supor pela faixa etária que são profissionais experientes. Contudo, para comprovar esta hipótese demandaria um estudo relacionando essas faixas etárias com o tempo de serviço na administração.

Gráfico 2 - Faixa Etária.

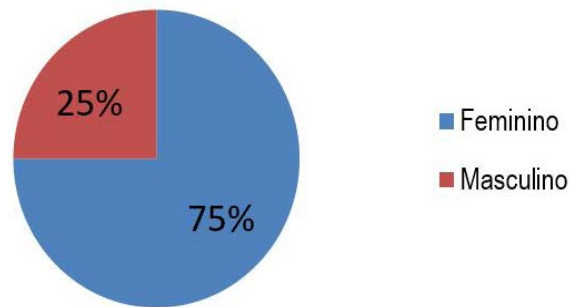


Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016.

Sexo

A pesquisa revelou que a maior parte dos entrevistados foi do sexo feminino. Onde 75% dos entrevistados foram pessoas desse sexo. Por outro lado 25% foram do sexo masculino.

Gráfico 3 - Sexo.

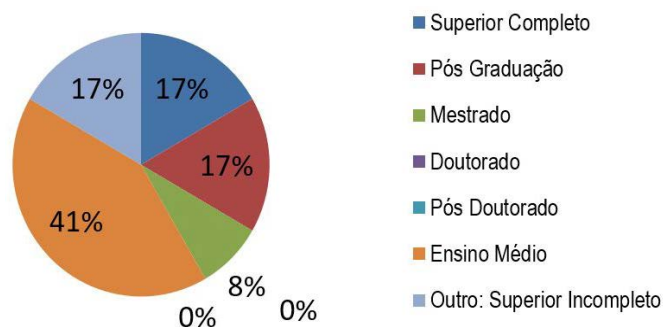


Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016.

Nível de Escolaridade

Segundo a pesquisa 41,66 % dos entrevistados são de escolaridade de Ensino Médio. No entanto, percebeu-se que 16,6% avaliados foram para cada nível: superior completo, pós-graduação, superior incompleto. E por fim, 8,3% que participou dessa investigação, correspondente a um entrevistado era mestre. Observa-se que a maior parte dos servidores possui um bom nível de escolaridade.

Gráfico 4 - Escolaridade.



Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016.

Sobre A3P e Eixos Temáticos aos Servidores do CODAP

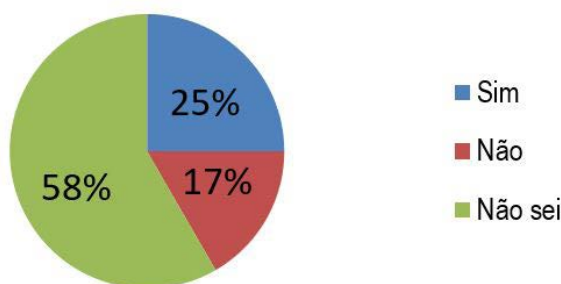
Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

Analisando as informações prestadas pelos servidores administrativos do Colégio Aplicação, constatou o percentual no total de 58,3% diz não saber sobre a A3P. No entanto, existia 25% dos entrevistados que conhecia e 16,6%, dizia não conhecer sobre o programa.

Nesse ponto é possível identificar que os entrevistados não souberam compreender o conceito de Agenda Ambiental na Administração Pública. Acredita-se que o programa seja divulgado em situações isoladas conforme declara o coordenador do NGA respondendo a questão: “Como foi o processo de implementação da A3P. Para cada eixo?”

Eixo 4: Sensibilização e Capacitação. Esse eixo já vem sendo executado há muito na UFS. O que percebemos é que as ações de sensibilização e de Capacitação ocorrem de forma isolada e sem uma integração entre as diferentes áreas da UFS. O NGA nos próximos anos pretende promover a integração e otimização desse eixo, focando as ações para resolução dos problemas mais urgentes e que envolvem a área em si.

Gráfico 5 - Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P



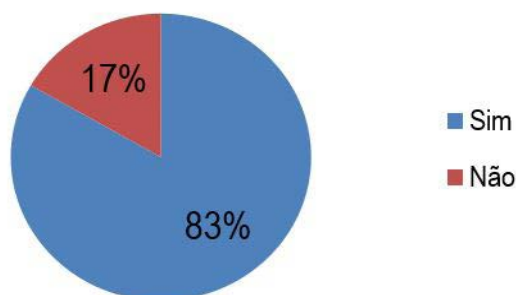
Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016.

Identificação do Descarte do Lixo

Dados levantados mostraram valores correspondentes a 83% na resposta a pergunta se as cores auxiliavam na identificação do descarte do lixo. E 16,6% diz não ajudar distinguir o descarte.

Essa fase corresponde ao atendimento do programa da Agenda Ambiental ao descarte correto do resíduo conforme informa a cartilha da Agenda Ambiental na Administração Pública (2009, p. 55). O resultado demonstra que as cores facilitam na identificação e possivelmente ajuda a realização do descarte do lixo de maneira correta.

Gráfico 6 - As cores da lixeira auxiliam na identificação do descarte do lixo.

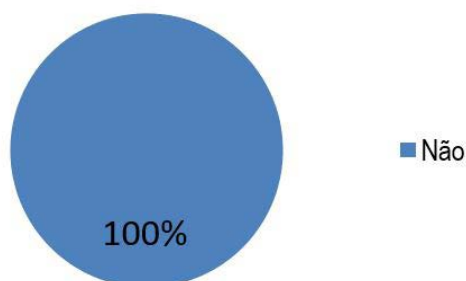


Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016.

Pesquisa Sobre a A3P

Avaliando os dados, verificou que 100 % dos pesquisados não sofreu nenhuma investigação sobre a A3P anterior a essa. Essa pergunta visava conhecer se os autores já tinham passado por uma investigação sobre a implantação do programa desde a sua criação em 2014, conforme a portaria de número 2423 de 26/11/2014 na Universidade Federal de Sergipe. Podemos supor pouca exploração científica sobre a A3P nessa unidade de trabalho.

Gráfico 7 - Participou de alguma pesquisa sobre A3P antes.



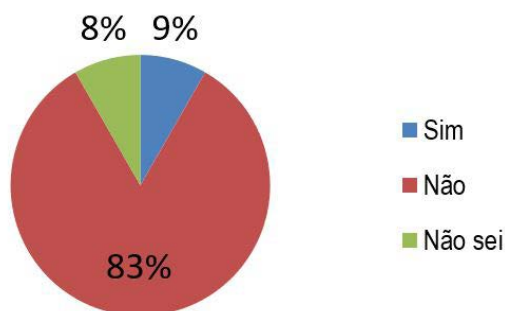
Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016.

Temáticos da Agenda Ambiental

De acordo com os resultados 83% dos entrevistados não sabia sobre os eixos temáticos da Agenda Ambiental. Mas percebeu-se que 8,1%, correspondente ao valor de um entrevistado que diz não saber os eixos temáticos. Do mesmo modo, o mesmo percentual vale para o que respondeu o item “Não sei”. Essa pergunta procura responder um dos objetivos tratado no Quadro 3, o Quadro de Consistência. Por sua vez, o resultado aponta a um desconhecimento sobre os eixos temáticos, talvez se dê por não ter tido

divulgação do programa, onde poderia ter sido abordado noções sobre esses eixos.

Gráfico 8 - Eixos temáticos da Agenda Ambiental.

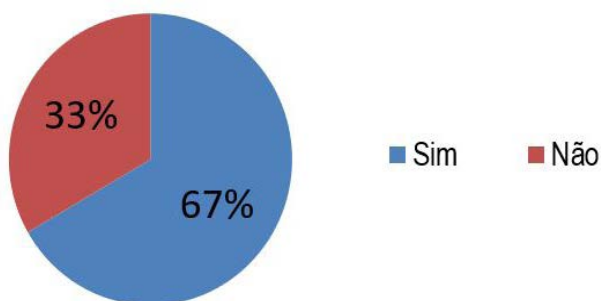


Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016.

Ação Sustentável

Essa questão tem a pretensão de averiguar se os servidores da administração sabiam o que consistia ação sustentável. Podendo identificar que a maior parte dos entrevistados já conhecia esta ação. Correspondente no valor de 66,6%. Por outro lado, 33,33% declara não saber esse tipo de conceito.

Gráfico 9 - Ação Sustentável.



Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016.

Campanha “Acerte No Lixo da UFS”

Essa pergunta procurou conhecer por parte dos entrevistados se conhecia a tal campanha, visto que ela faz parte do eixo 2. De acordo com a entrevista feita ao coordenador do núcleo NGA:

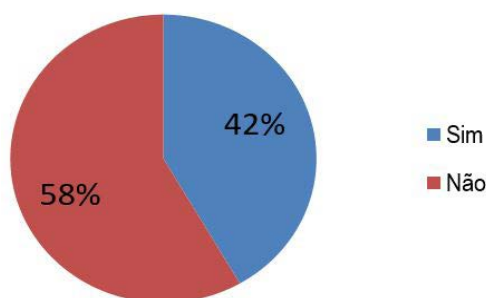
Eixo 2: Gestão adequada dos resíduos gerados. Também antecede a adesão a A3P e envolve a criação do programa UFS Ambiental, que iniciou o Programa de Coleta Seletiva na UFS, bem como estratégias administrativas para a redução do consumo de diversos materiais (papel, cartucho, pneus, dentre outros).

No entanto, um pouco a mais da metade, 58,% disse que não conheciam essa

campanha. Do outro lado, 42% diz conhecer.

A campanha teve a intenção de conscientizar toda comunidade acadêmica sobre a coleta seletiva do lixo, no mês de março de 2016, ressaltando a importância do reaproveitamento dos resíduos sólidos. Podemos compreender através dos dados, a despeito dessa tentativa de conscientização não obteve o êxito esperado.

Gráfico 10 - Campanha “Acerte No Lixo da UFS”.

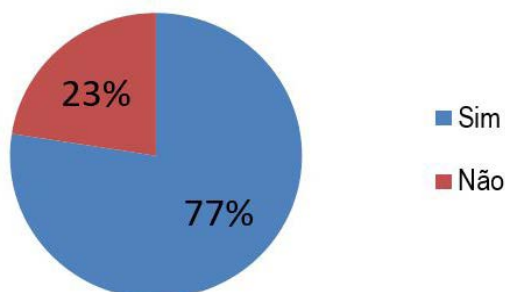


Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016

Coleta de Resíduos Especiais

Assim como a questão anterior, essa indagação está baseada nas ações de implantação sobre o eixo temático de gestão adequada dos resíduos gerados. Na maioria dos entrevistados foram considerados de maneira positiva 77%, disseram em saber que a UFS fazia coleta de Resíduos Especiais. Por outro lado, um valor mínimo não conhecia esse tipo de coleta, 23%.

Gráfico 11 - Conhecimento se a UFS faz a coleta de Resíduos Especiais (pilhas, baterias, toner ou material eletrônico).



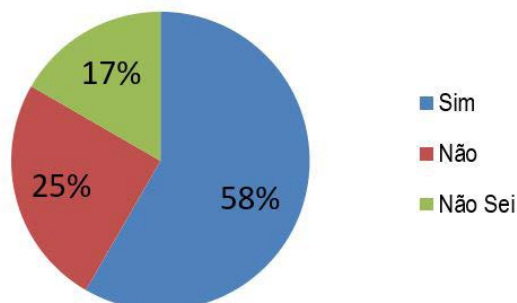
Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016.

Acesso dos Coletores de Resíduos Especiais

Embora percebido que não existia um coletor de resíduo especial no interior do

CODAP. Mas sim nas adjacências. Portanto, 58,33% responderam de forma positiva que os coletores são de fáceis acessos. Já 25% posicionam negativamente ao questionado. E 16,66% diz não saber.

Gráfico 12 - Facilidade de acesso dos coletores de Resíduos Especiais.



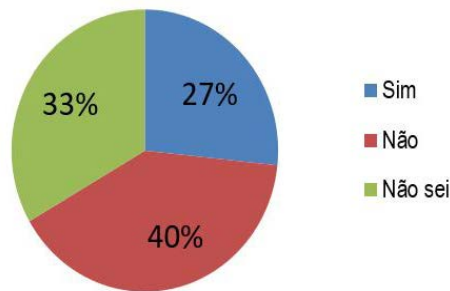
Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016.

Coleta Seletiva Solidária

Segundo o decreto de número 5.940/2006, artigo 2º inciso I trata coleta seletiva solidária como coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. A cartilha da A3P (2009, p. 52) entende que a coleta seletiva solidária é uma estratégia que busca desenvolver uma cultura institucional por uma gestão de resíduos, somado aos princípios e ações da A3P.

Essa questão pretende levantar informações de onde foi pesquisada, se tinham conhecimento da adoção da coleta seletiva solidária desenvolvida pela UFS. Portanto, 41,66% não souberam responder a essa questão. E 25% responderam negativamente que não tinham conhecimento. Por outro lado, 33,33% sabiam que a UFS faziam coleta seletiva solidária para as cooperativas e catadores. Provavelmente, devido a minimização da divulgação dessa ação aos servidores do CODAP.

Gráfico 13 - Conhecimento se a UFS realiza coleta seletiva solidária para ser doado às cooperativas e catadores.



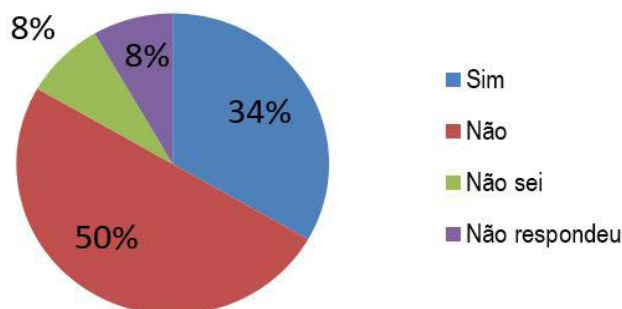
Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016.

Descartar do Lixo

O eixo quatro sobre Sensibilização e Capacitação, tratado na cartilha A3P (2009, p.94), orienta às administrações públicas medidas e ações para produção de informativos referentes capacitação e sensibilização por meio de palestras, oficinas, reuniões, exposições e etc. Por isso essa questão, teve a intenção de colher informações se os públicos pesquisados tiveram acesso a esse informativo. Os dados relataram que 50% não receberam esse tipo de informativo.

Já 33,33% tiveram a oportunidade de receber. Porém 8,3% não souberam responder a questão. O mesmo percentual 8,3% não responderam. Fica claro que a maioria dos entrevistados não teve acesso a essas informações. Comprovando o relato do coordenador do Núcleo de Gestão Ambiental que foi uma área que não avançou muito.

Gráfico 14 - Informativo da UFS para descartar o lixo corretamente.



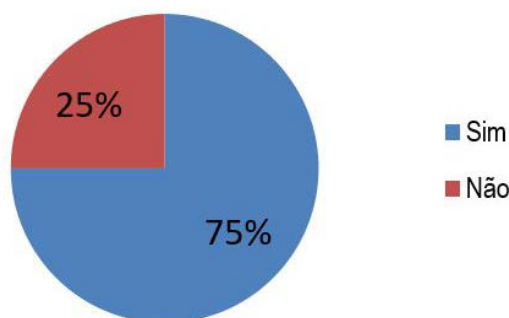
Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016.

Campanha “Apague a Luz. Acenda esta ideia!”

Ainda, essa questão procura atender o eixo quatro, divulgação e desenvolvimento

de campanhas de sensibilização. Essa campanha foi desenvolvida na UFS em 2012, conforme a ASCOM/UFS (2012), que “consistia na utilização de adesivos nos interruptores de todos os campi a fim contribuir para a redução de energia elétrica na instituição”. Sendo assim, a maioria dos pesquisados 75% disseram ter conhecimento dessa campanha. No entanto, 25% não a conheceram.

Gráfico 15 - Conhecimento da campanha “Apague a Luz. Acenda esta ideia!”.



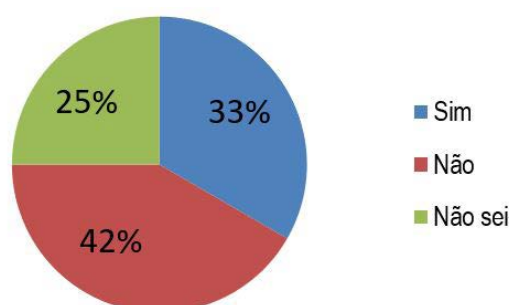
Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016

Redução de Energia no CODAP

Sobre essa indagação, 41,66% informaram que a UFS não desenvolveu alguma ação para redução de energia no CODAP. Embora a campanha “Apague a Luz. Acenda esta ideia!” foi uma ação desenvolvida para toda a universidade e como a questão anterior confirmou positivamente que os entrevistados conheciam essa campanha. Acredita-se que os pesquisados, talvez buscassem responder na questão atual, que a UFS não desenvolveu essa ação de maneira eficaz no Colégio de Aplicação.

Mas, diante dos dados apresentarem seus valores, é percebido que um percentual de 33,33 % diz que a UFS desenvolveu alguma ação para redução de Energia no CODAP. E 25% não souberam responder.

Gráfico 16 - Desenvolvimento de Ação para redução de energia no CODAP

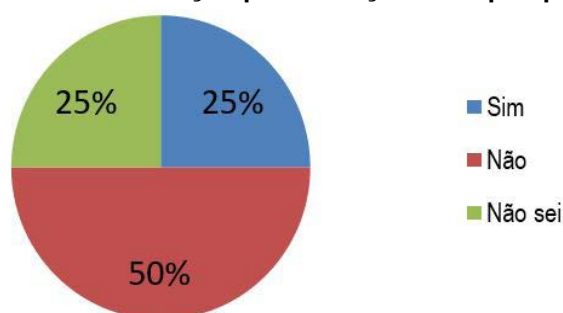


Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016.

A Ação para Redução de Copos Plásticos no CODAP

Apesquisa revelou um percentual de 50% de entrevistados que não desenvolveu essa ação no CODAP. Mas 25% responderam que sim e 25% não sabiam se a UFS desenvolveu alguma ação. Pode se perceber a pouca ação de redução de consumo de materiais nessa instituição. Talvez se dê pela maneira de como a campanha de conscientização estar sendo abordado para esse público.

Gráfico 17 - Desenvolvimento de ação para redução de copos plásticos no CODAP.

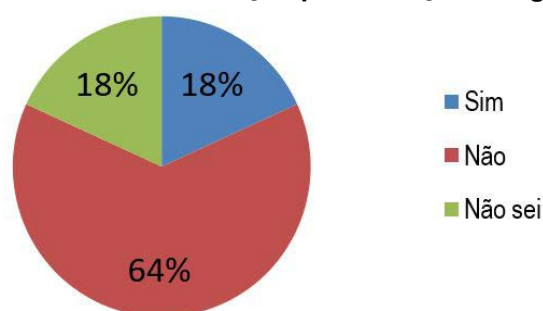


Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016

Ação para Redução de Água no CODAP

Mas uma vez, os dados mencionaram de forma negativa com 58% de posições sobre o assunto. Porém, somente 16,6% disseram que sim e 16,6% não souberam responder. Do mesmo modo ao comentário do item anterior, provavelmente, seja a forma de conscientização ou ações a serem desenvolvidas, que precisassem mais de atenção.

Gráfico 18 - Desenvolvimento de ação para redução de água no CODAP.



Fontes: Dados coletados pelo autor, 2016

A3P na Visão da Coordenação do NGA

Perfil Social

O entrevistado ocupa o cargo de professor e coordenador do Núcleo e Gestão Ambiental-NGA na Universidade Federal de Sergipe, Campus São Cristóvão. Possui mais de 40 anos. É formado em Engenharia Florestal e é especialista em entomologia.

Eixos Temáticos/Implantação do Programa/NGA

Formação do NGA

Partindo dos preceitos teóricos e metodológicos propostos resolveu-se investigar o Núcleo de Gestão Ambiental. Considerando pela ótica do gestor público, entrevistou-se o coordenador do núcleo, que apresentou em fato cronológico a formação do NGA, como também mostrando a realidade do órgão investigado.

O Programa UFS Ambiental foi institucionalizado oficialmente em 23 de fevereiro de 2012 pela portaria de nº 0420. Mas segundo as palavras do entrevistado, deu-se início a partir da nomeação do coordenador em 20 de outubro de 2014. Tendo como preocupação inicial das atividades o tratamento dos Resíduos gerados no campo universitário da UFS. E às atividades realizadas na praticidade passaram a existir com a aprovação do Regimento Interno em 04/03/2016, mediante Resolução nº 03/2016/CONSU.

Quanto à implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P na UFS, ainda no discurso do coordenador, a A3P na UFS “iniciou-se com o programa ambiental, intitulado Programa de Coleta Seletiva na UFS, ainda com o antigo no do núcleo, UFS Ambiental. Em seguida, com a aprovação da Comissão Gestora de Adesão a A3P. Em novembro de 2014, pela portaria de nº 2423 de 26/11/2014”, efetivou-se a implantação da A3P na esfera Federal.

Referente à implantação dos eixos temáticos da A3P “foram implantados todos os eixos. Entretanto, alguns estão mais avançados e outros ainda em fase inicial de

implantação”. Referente em quais áreas executadas do programa, de acordo com o colóquio do entrevistado, “o programa foi aplicado a diferentes áreas, entretanto, nos eixos relativos à “qualidade de vida no ambiente de trabalho” e “Sensibilização e capacitação” ainda tem muito que fazer, especialmente porque envolve muitos órgãos da Universidade”.

No tocante do processo de implementação da A3P, para cada eixo. O primeiro eixo, **Eixo 1: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.** “Sua implantação antecede a adesão a A3P e envolve a criação de uma área responsável pela política da UFS quanto aos aspectos do consumo de água, energia e diversos bens. Esse processo ainda está em andamento e já apresenta alguns avanços como a provável criação de uma subestação de energia na UFS, bem como os processos de licitações sustentáveis”.

Sobre o segundo eixo, **Eixo 2: Gestão adequada dos resíduos gerados.** O coordenador ainda cometa, “também antecede a adesão a A3P e envolve a criação do programa UFS Ambiental, que iniciou o Programa de Coleta Seletiva na UFS, bem como estratégias administrativas para a redução do consumo de diversos materiais (papel, cartucho, pneus, dentre outros). Inicialmente procurou-se atender somente a coleta seletiva de recicláveis e não recicláveis, entretanto hoje, o programa evoluiu para a Coleta Seletiva de vários outros materiais, como pilhas e baterias, eletro eletrônicos e resíduos orgânicos”.

Do mesmo modo ao terceiro eixo, **Eixo 3: Qualidade de vida no ambiente de trabalho.** “Provavelmente esse foi dentre os eixos o que menos avançou. Esse é um problema recorrente em praticamente todos os postos de trabalho no Brasil (não é exclusividade da UFS) e envolve desde iluminação, mobiliário e até exercícios laborais. O passo mais importante para avançarmos na direção de melhorias nesse eixo foi a contratação recente (menos de um ano) de um Engenheiro de Segurança, que junto com o NGA e outros órgãos da UFS, estão trabalhando nos planejamentos dos programas a serem implantados, iniciando com o diagnóstico da situação de Qualidade de vida no trabalho na UFS”.

Ainda, ao quarto eixo, **Eixo 4: Sensibilização e Capacitação.** “Esse eixo já vem sendo executado há muito na UFS. O que percebemos é que as ações de sensibilização e de Capacitação ocorrem de forma isolada e sem uma integração entre as diferentes áreas

da UFS. O NGA nos próximos anos pretende promover a integração e otimização desse eixo, focando as ações para resolução dos problemas mais urgentes e que envolvem a área em si”.

E o último: **Eixo 5: Licitações sustentáveis.** “Iniciou pouco antes da adesão a A3P e hoje, já se avançou muito no aspecto da sustentabilidade. Diversos itens adquiridos pela UFS, tanto para consumo interno quanto na forma de bens já são adquiridos na forma de exigências quanto aos aspectos da sustentabilidade. Alguns exemplos são as lâmpadas fluorescentes que ao serem adquiridas entram no programa de logística reversa; madeira que deve ser certificada pelo órgão ambiental; papel em sua maioria reciclado; dentre outras. A estratégia é avançar na direção das construções sustentáveis, envolvendo o aproveitamento da luz natural, geração de energia por células fotovoltaicas, sistemas de captação e armazenamento de águas das chuvas, iluminação com lâmpadas de *led*, dentre outras ações”.

No intuito de buscar conhecer os problemas enfrentados, investigou-se quanto ao ponto de vista das dificuldades encontradas. O coordenador do núcleo mencionou que as “dificuldades envolvem desde a falta de recursos até a falta de interesse da comunidade acadêmica”. Porém não encontrou resistência, visto que, “a administração da UFS tem apoiado todas as iniciativas. O problema maior realmente passa pela grave situação econômica e política em que vive o Brasil, com reflexos nas universidades, especialmente em termos de recursos. Por isso, apesar dos trabalhos estarem se desenvolvendo, não caminham na velocidade que deveriam em condições normais de recursos”.

Avaliando pela perspectiva de *feedback* quanto às campanhas para a implantação dos Eixos da A3P, o entrevistado responde que “algumas das campanhas já foram avaliadas e realmente surtiram efeito. O índice de aproveitamento dos reciclados coletados na UFS e encaminhados para a Cooperativa de Catadores conveniada era relativamente baixo, devido a se ter misturado muitos resíduos não reciclados. Após a última campanha sobre reciclagem no Campus de São Cristóvão, o índice de aproveitamento aumentou em quase 80%”. Ainda, quanto ao “consumo de papel, houve uma redução significativa, com a implantação dos memorandos eletrônicos. Ocorreu pequena resistência no início,

entretanto hoje está plenamente implantada e sem a emissão de mais nenhum papel na forma de comunicados internos. Estamos trabalhando agora na linha de implantação dos processos eletrônicos que irá também contribuir para a redução do consumo de papel na UFS. Dessa mesma forma esperamos melhorar no consumo de energia, consumo de água e de diversos outros bens”.

Avaliação dos Eixos Temáticos

A partir das evidências dos dados coletados, tratou-se avaliar os eixos temáticos implantados na UFS, na visão do coordenador do Núcleo de Gestão Ambiental. Se a UFS em parceria com o NGA, “Adere ou Não Adere”, ou seja, se aderiu ou não a cada proposta exigida pela Agenda Ambiental da Administração Pública.

De acordo com as informações, ao eixo do Uso Racional dos Recursos Naturais e Bens Públicos, a UFS em parceria com o NGA aderiu à redução de consumo de papel, energia, água, copos descartáveis e consumos de outros recursos que poderiam causar impactos significativos ao meio ambiente. Exceto, ainda, não aderiu à destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável de acordo com o Decreto 99.658 (1990).

No tocante a Gestão Adequada dos Resíduos Gerados, a entrevista informa que embora exista uma prática de incentivo à política de 5Rs, realiza coleta solidária e separa resíduos sólidos descartados, a UFS não atende o padrão de cores de coleta seletiva, onde cada coletor refere-se a uma cor para facilitar a coleta. Atendendo os padrões de cores segundo o CONAMA, nº 275, de 25 de abril de 2001 as cores deveriam ser: azul (papel), vermelho (plástico), verde (vidro), marrom (orgânico), preto (madeira), amarelo (metal), roxo (resíduos radioativos), cinza (resíduos gerais não recicláveis), laranja (resíduos perigosos), branco (resíduos da saúde).

Conforme o comentário do entrevistado sobre a Qualidade de Vida no Trabalho em que diz: “Provavelmente esse foi dentre os eixos o que menos avançou”, ele reconhece que as ginásticas laborais, preocupação com a ergonomia de mobiliário e equipamentos de uso

dos servidores e programa de orientação nutricional, a UFS não aderiu alguns requisitos exigidos pela A3P. No entanto, a UFS aderiu a grupo especializado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas), assim como a existência de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e Programa de saúde ocupacional.

Embora o coordenador do NGA tiver informado na entrevista sobre o eixo de Sensibilização e Capacitação, em que ele diz: “Esse eixo já vem sendo executado há muito na UFS”, mas “ocorrem de forma isolada”, sobre esse eixo em resposta ao questionário, a UFS não realizou capacitação para os servidores técnicos, alunos de graduação e gestores administrativos como palestras, minicursos, apresentações ou fóruns, sobre a importância da A3P. Mas a coordenadoria do núcleo demonstrou claramente em entrevista que “pretende promover a integração e otimização desse eixo, focando as ações para resolução dos problemas mais urgentes e que envolvem a área em si”.

A UFS adere aos requisitos do eixo de licitações sustentáveis adquirindo produtos recicláveis, com qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos. Assim como adquire veículos, observando a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos; adquire bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento; aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, uma vez observados os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20 (1994), que instituiu o selo ruído.

Também, nos editais de licitação é exigido que a empresa fornecesse treinamento aos seus empregados, assim como fornecesse aos empregados os equipamentos de segurança necessários à atividade e utiliza equipamentos de limpeza que não gerem ruídos. E Sempre que possível, a entidade realiza a licitação por meio do pregão eletrônico.

Quanto ao eixo construções sustentáveis, infelizmente de acordo com a resposta do coordenador, a UFS não possuía aproveitamento dos recursos naturais como, por exemplo, o uso de energia solar, água da chuva ou das correntes de vento. Mas prioriza a preservação de áreas naturais, observa a produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável.

A entidade prefere produtos fabricados por fontes não poluidoras bem como

materiais que não prejudiquem a natureza. Usa critério avaliativo a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras. Prioriza aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas...) e os projetos de engenharia para construções possuem exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No andamento das execuções deste trabalho buscou-se responder à temática, os efeitos da implementação da Agenda Ambiental da Administração Pública, que consistia analisar a percepção dos funcionários administrativos do CODAP e da coordenação do Núcleo de Gestão Ambiental - NGA quanto à aplicação da A3P. A3P é um programa do Ministério do Meio Ambiente que foi incluído na agenda pública, a fim de tomar decisão sobre questões ambientais na administração pública.

Em se tratando de quesitos ambientais, muitos são os desafios das repartições públicas de implantar o programa conforme as exigências legais. Para tanto, percebe-se segundo os dados informativos da coordenadoria do NGA, que quase todos os eixos foram implantados no campus universitário, de forma que uns estão mais avançados do que outro, pois se percebe que algumas atividades foram desenvolvidas de forma isolada.

No intuito de descobrir os efeitos da implantação da A3P, realizamos a pesquisa no CODAP, elaborando perguntas baseadas sobre os eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados e; sensibilização e capacitação dos servidores.

Quanto ao primeiro eixo (uso racional dos recursos naturais e bens públicos), constatou-se de acordo com os dados obtidos, maior potencialidade de conhecimento sobre o uso adequado dos recursos naturais no acesso à campanha: “Apague a luz e acende essa ideia”, no entanto, de forma negativa em suas porcentagens de informação, constatou-se que a UFS não tinha desenvolvido ação para redução de energia, água e copos plásticos no próprio CODAP.

Verifica-se que há contradição dos resultados obtidos pelos servidores do CODAP, em relação a ações implantada pelo NGA, pois a mesma implantou a campanha à cima em toda instituição da UFS, aderindo à redução de consumo de papel, energia, água, copos

descartáveis e consumos de outros recursos que poderiam causar impactos significativos ao meio ambiente. Sugerem-se ações de incentivo nessa área na própria instituição de ensino.

Referente ao eixo dois (gestão adequada dos resíduos gerados), a instituição pesquisada, detectou que não tinham conhecimento que a UFS realizasse coleta seletiva solidária. Isso demonstra diferença entre o discurso institucional e a prática dos servidores. Portanto, o NGA afirma que esse trabalho está sendo executado no campus. Por outro lado, a pesquisa mostrou que tiveram conhecimento que a UFS realiza coleta de resíduos especiais. Do mesmo modo, informaram positivamente que há facilidade no acesso ao coletor de resíduos especiais. Ainda sobre esse eixo, os informantes confirmaram que a identificação de descarte das lixeiras auxilia nos rejeitos de resíduos.

No que diz respeito à sensibilização e capacitação dos servidores, percebeu-se segundo os dados, que o acesso ao conhecimento sobre alguns conceitos referente à A3P, como campanhas de conscientização, acesso informativo sobre descarte do lixo, mostraram que o conhecimento sobre tais assuntos é ínfimo.

No entanto, em entrevista ao coordenador do NGA, onde consta a informação sobre o eixo de sensibilização e capacitação: “Esse eixo já vem sendo executado há muito na UFS. O que percebemos é que as ações de sensibilização e de capacitação ocorrem de forma isolada e sem uma integração entre as diferentes áreas da UFS.” Sugere-se, nessa diminuta de informação dos servidores sobre essa área, um pouco mais de atenção, por parte do núcleo de gestão ambiental, buscando razões que levassem tal discordância. Propondo: treinamento de pessoal, realização de seminários sobre a temática, roda de discussão, entre outras atividades que favorecessem a divulgação da tal ciência na própria instituição.

Dando sequência aos outros temas como: qualidade de vida no ambiente de trabalho, licitações sustentáveis e construções sustentáveis. Essa temática buscou-se informações em entrevista com o coordenador do Núcleo de Gestão Ambiental.

A proposta do eixo temático qualidade de vida no ambiente de trabalho que visa

satisfazer a necessidade do trabalhador ao desenvolver ações de bem estar e saúde do profissional no ambiente de trabalho. Essa ação na instituição foi constatada pouco avanço segundo os dados levantados. Porém, a coordenação entrevistada em parceria com outros órgãos da UFS está trabalhando no planejamento do programa a serem implantados, como a contratação do Engenheiro de Segurança, para buscar um diagnóstico da situação de qualidade de vida no trabalho na UFS.

Por sua vez, a iniciativa das licitações sustentáveis, essa área mostra que está de acordo com a legislação vigente, pois a Instituição realiza aquisição de materiais de consumo interno, com conceito de sustentabilidade. Por exemplo: obtenção de lâmpadas fluorescentes que ao serem adquiridas entram no programa de logística reversa; madeira que deve ser certificada pelo órgão ambiental; papel em sua maioria reciclado; dentre outras aquisições.

E por último, o eixo de construções sustentáveis que visa à sustentabilidade da edificação, minimizando impactos negativos sobre o meio ambiente. Esse eixo possui desafios pela frente, visto ser recém-implantado nas novas construções dessa repartição. Pois a coordenadoria afirma que é estratégia do órgão avançar em direção a construções sustentáveis, envolvendo o aproveitamento da luz natural, geração de energia por células fotovoltaicas, sistemas de captação e armazenamento de águas das chuvas, iluminação com lâmpadas de *led*, dentre outras ações.

Diante de tudo que foi exposto, o programa da Agenda Ambiental na Administração Pública, recebeu atenção, por parte dos gestores da universidade, permitindo assim, a implantação do programa por meio do Núcleo de Gestão Ambiental. O entendimento dos autores é que o programa implantado na instituição está avançando para melhor cumprir a legislação.

Desse modo, espera-se que essa pesquisa sirva como auxílio de informação para o NGA e outras futuras pesquisas. A fim de avaliar o desempenho das atividades executadas e o que se pode melhorar na execução do programa na instituição pública. Ao NGA, sugere-se, desenvolver ações para o eixo 4: sensibilização e capacitação, na realização de fóruns, palestras minicursos, para o público de gestores, alunos e servidores da UFS.

Ainda, recomenda-se para outras futuras pesquisas, ministração de estudo desta natureza em outros setores e departamentos do Campus Universitário, a fim de avaliar o desempenho das atividades da implementação da A3P. Do mesmo modo, pode apurar informações que evidenciem diagnósticos de acordo com a percepção da comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

ASCOM/UFS. **UFS Ambiental lança mais uma campanha energética**. 2012. Disponível em <<http://www.ufs.br/conteudo/6730>> Acessado em: 22/08/2016.

BARBOSA, Manuela Santos. Kravetz, Márcia Cristiane. **Gestão Ambiental na Administração Pública**. Caderno Meio Ambiente e Sustentabilidade | vol.3 n. 2| jun/dez. 20013.

BISPO, Mércia Mirian et. al. **A Educação Ambiental aplicada a Gestão de Resíduos Sólidos: O caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - Campus São Cristóvão**. Trabalho apresentado ao 26º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental ocorrido nos dias 25 a 29/09/2011, em Porto Alegre/RS.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Lei nº 6.938 de 1981: **Dispõe sobre a política Nacional do Meio Ambiente**. 1981. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>>. Acessado em 30/03/2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Declaração de Joanesburgo sobre desenvolvimento sustentável**. [online]. 2003. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/ai/_arquivos/decpol.doc>. Acesso em: 21 de abril de 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)**. Cartilha Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. Brasília – DF. 5ª Edição. Revista e atualizada. 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **PORTARIA Nº 217, DE 30 de julho de 2008**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/36_09102008033030.pdf> Acessado em: 09/01/2016.

BRANDIÃO, Hugo Junior *et al.* **Administração pública** – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2008. 146p.

CARVALHO, Grace. COSTA, Marcilio. **Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública**. Portal de Notícias UFS. 2015. Disponível: <<http://www.ufs.br/conteudo/ades-agenda-ambiental-administra-p-blica-16788.html>> Acessado em: 03/05/2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos na Empresa: pessoas, organizações sistemas**.3.ed. São Paulo: Atlas, 1994. p. 67-76.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações** / Idalberto Chiavenato. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CIGOLINI, Monique Presser *et al.* **Coleta e Rerrefino do óleo lubrificante usado: Capacitação de Agentes Públicos**. Artigo apresentado no IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, ocorrido em Salvador/BA, nos dias 25 a 28/11/2013. Disponível em: <<http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2013/III-036.pdf>> Acessado no dia 13 de janeiro de 2016.

COSTA, Marcílio. CARVALHO, Grace. **Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública.** ASCOM [UFS]. 2015. Disponível em: <<http://www.ufs.br/conteudo/16788-ades-o---agenda-ambiental-na-a>> Acessado em: 27/03/2017.

DADOS Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP). Sebrae-MS. **Gestão de resíduos sólidos: uma oportunidade para o desenvolvimento municipal e para as micro e pequenas empresas** - São Paulo : Instituto Envolver de : Ruschel & Associados, 2012.

DADO RIO Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Rio de Janeiro, de junho de 1992. Disponível em: <https://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2010/10/declaracao-do-rio-sobre-meio-ambiente.pdf> . Acessado em: 09/01/2016.

DECLARAÇÃO DO RIO, **AGENDA 21**, CNUMAD, 1992

GOUVEIA, Nelson. **Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social.** Ciência &Saúde Coletiva. 2012.

FLORIANO, Eduardo Pagel. **Políticas de gestão ambiental**, 3ed. Santa Maria: UFSM-DCF, 2007.

LEI 6.938/81. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Data da legislação: 31/08/1981 – Publicação DOU, de 02/09/1981. <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre>. Acessado em: 01/01/2016.

PECCATIELLO, A. F. O. **Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais. Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 24, p. 71-82, jul./dez. 2011. Editora UFPR.

PHILIPPI JR., A. & BRUNA, G. C. **Política e Gestão Ambiental.** In: PHILIPPI JR., A. *et al.* (Ed.). Curso de Gestão Ambiental. Barueri, SP: Manole, 2004.

PINTO E SANTOS, Cleide Ferreira. E Thatiane Oliveira Pita dos. **Avaliação do Impacto do Programa de Capacitação na UFAL** Período: 2004 – 2009. 2010.

PORTAL UFS. **PORTARIA nº 0420 de 23 de fevereiro de 2012.** Disponível em: <http://www.ufs.br/sites/default/files/portaria_ufs_ambiental.pdf>, <<http://cogeplan.ufs.br/pagina/2634-programa-ufs-ambiental>> . Acessado em: 06/01/2016.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à Gestão Ambiental Pública** / José Silva Quintas. 2ª ed. revista. – Brasília : Ibama, 2006. 134p. ; 21 cm. (Coleção Meio Ambiente. Série Educação ambiental, 5)

RÊGO, PIMENTA, SARAIVA. **Agenda Ambiental na Administração Pública - A3p: Um estudo sobre a Potencialidade de aplicação no Município de São Gonçalo Do Amarante/RN.**HOLOS, Ano 27, Vol4. 2011.

SANTOS, Manuela Arruda dos. **Pintou sujeira, Lixo e excrementos faziam parte do dia-a-dia da população do Recife imperial.**2008. Disponível em/: <http://revistadehistoria.com.br/secao/artigos/pintou-sujeira>. Acessado em: 05/01/2016.

SPADOTTO, Anselmo Jose; ELIAS, Natalia Domingues. **Políticas públicas ambientais e responsabilidade da pessoa jurídica.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2872, 13 maio 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19097>>. Acesso em: 28 abr. 2016

STRAUCH, Manuel. Albuquerque, Paulo Peixoto. **Resíduos: como lidar com recursos naturais** - São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 220.

FARIAS, Josivânia Silva e FONTES, Luis Abelardo Mota. **Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: O Lixo de Aracaju analisado sob a ótica da gestão de Meio Ambiente**. Caderno de Pesquisas em Administração, v.10, n. 2, p.95-105, São Paulo, Abril/Jun 2003. Disponível em: <<http://www.regeusp.com.br/arquivos/v10n2art7.pdf>> Acessado no dia 13 de janeiro de 2016.

JACOBSEN, Alessandra Linhares. **Administração (Introdução e teorias)** / Alessandra Linhares Jacobsen, João Benjamim da Cruz Junior, Luis Moretto Neto. – Florianópolis : SEaD/UFSC, 2006. 216p.

JUNQUILHO, Gelson Silva. **Teorias da administração pública** / Gelson Silva Junquilha. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010. 182p. : il.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa** / José Carlos Köche. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Lei 12.305/10 - Lei nº 12.305 de 02.08.2010 D.O.U.: 03.08.2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Disponível em: http://www.codemavarginha.org/lei12305_02082010.pdf. Acessado em: 12/01/2016.

LUNA, S.V.de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: Educ, 1997.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana a revolução digital** - 4ª ed. São Paulo, Atlas, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro** 23.ª Ed. Atualizada Por Eurico De Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo E José Emmanuel Burle Filho. Malheiros Editores. 1990

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A3P em números**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/destaques/item/9056>. Acessado em: 09/01/2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **PORTARIA Nº 61, DE 15 de maio de 2008**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/36_09102008032817.pdf> Acessado em 09/01/2016

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **PORTARIA Nº 221/2004**. Disponível em: <http://a3p.ana.gov.br/Documents/docs/portarias/PortariaMMA_n_221-2004.pdf>Acessado em: 09/01/2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **RESOLUÇÃO CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001**. Publicada no DOU nº117-E, de 19 de junho de 2001, Seção 1, página 80. Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=273>>Acessado em: 08/02/2017.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Universidade Católica de Brasília – UCB Pró-Reitoria De Pós-Graduação – PRPGP Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e Tecnologia da Informação. Brasília DF. 2003

NASCIMENTO, Luis Felipe. **Gestão ambiental e sustentabilidade** / Luis Felipe Nascimento. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2012. 148p.

PROVINCIALI, Vera Lucia Novaes. **Caderno1. Métodos e técnicas de pesquisa em administração. Como Elaborar um Trabalho de Pesquisa em Administração**. 2010. 81p.

ROESCH, Silvy Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudo de caso**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RUA, M. Graças. **Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos**. In: RUA, Maria das Graças; CARVALHO, M. Izabel. O Estudo da Política: Tópicos selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

RUA, M. Graças. **Para Aprender Políticas Públicas: Conceitos e teorias**. Volume 1. IGEPP. 2013. Disponível em: http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf . Acessado em: 05/04/2016.

TRIGUEIRO, Francisco Mirialdo Chaves. MARQUES, Neiva de Araújo. **Teorias da Administração I** – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

SILVA, Edna Lúcia da. MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**.. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, José Afonso da. **Direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 1989.

VERGARA, Silvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração /** Liane Carly Hermes Zanella.– Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES :UAB, 2009. 164p.

INSTRUÇÃO NORMATIVA NO 1, DE 19 DE JANEIRO DE 2010. Disponível em: [Dhttps://www.cti.ufu.br/sites/cti.ufu.br/files/IN-SLTI-01-19Jan2010-Sustentabilidade-Ambiental.pdf](https://www.cti.ufu.br/sites/cti.ufu.br/files/IN-SLTI-01-19Jan2010-Sustentabilidade-Ambiental.pdf). Acessado em: 15/04/2016.

APÊNDICE 1

QUESTIONÁRIO AOS SERVIDORES DO CODAP

1. Cargo/Função Atividade

Técnico Administrativo

Outro:

2. Faixa etária

18 a 30

30 a 40

Mais de 40

3. Sexo

Feminino

Masculino

4. Nível de escolaridade

Superior Completo

Pós Graduação

Mestrado

Doutorado

Pós-Doutorado

Ensino Médio

Outro:

5. Você sabe o que é Agenda Ambiental na Administração Pública A3P?

Sim

Não

Não sei

6. As cores da lixeira auxiliam na identificação do descarte do lixo?

Sim

Não

Não sei

7. Já participou de alguma pesquisa sobre a A3P antes?

Sim

Não

Não sei

8. Você sabe quais são os eixos temáticos da Agenda Ambiental?

Sim

Não

Não sei

9. Você sabe o que é ação sustentável?

Sim

Não

Não sei

10. Você conheceu a campanha “Acerte No Lixo da UFS”?

Sim

Não

Não sei

11. Você tem conhecimento se a UFS faz a coleta de Resíduos Especiais (pilhas, baterias, toner ou material eletrônico)?

Sim

Não

Não sei

12. Os coletores de Resíduos Especiais são de fáceis acesso?

Sim

Não

Não sei

13. Você tem conhecimento se a UFS realiza coleta seletiva solidária para ser doado às cooperativas e catadores?

Sim

Não

Não sei

14. Recebeu algum informativo pela UFS para descartar o lixo corretamente?

Sim

Não

Não sei

15. Você conheceu a campanha “Apague a Luz. Acenda esta ideia!”

Sim

Não

Não sei

16. A UFS desenvolveu alguma ação para redução de energia no CODAP?

Sim

Não

Não sei

17. A UFS desenvolveu alguma ação para redução de copos plásticos no CODAP?

Sim

Não

Não sei

18. A UFS desenvolveu alguma ação para redução de água no CODAP?

Sim

Não

Não sei

APÊNDICE 2

ANEXO 2: QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA PARA O COORDENADOR DO NGA

Dados de Identificação					
Nome:					
Sexo:	Feminino	Masculino			
Cargo inicial:					
Cargo atual:					
Faixa etária:	11 a 15	15 a 18	18 a 30	30 a 40	Mais de 40
Formação:					
Especializações:					
Sede do NGA:					

- 1) Quando o NGA foi formado?
- 2) Tem alguma portaria para sua criação? Qual?
- 3) Quando a A3P foi implantado na UFS?
- 4) Quais eixos temáticos da A3P foram implantados até agora?
- 5) Onde foi aplicado o programa?
- 6) Como foi o processo de implementação da A3P? Para cada eixo?
- 7) Quais foram às dificuldades encontradas no processo de implementação?
- 8) Você acha que houve resistência para a implantação do processo? Por parte de quem?
- 9) Você acha que as campanhas para implantação dos eixos da A3P foram correspondidas?

Marque a alternativa que corresponde a sua avaliação em cada item solicitado, seguindo a escala abaixo:

Adere	Não Adere
--------------	------------------

Eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública –A3P

Eixo 1: Uso Racional dos Recursos Naturais e bens públicos	Adere	Não Adere
A UFS desenvolve alguma ação de redução do consumo de papel?		
A UFS desenvolve alguma ação de redução do consumo de energia?		
A UFS desenvolve alguma ação de redução do consumo de água?		
A UFS desenvolve alguma ação de redução do consumo de copos de plásticos descartáveis?		
A UFS desenvolve alguma ação de redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?		
Na UFS é dada a destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável de acordo com o Decreto 99.658 (1990)?		

Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados	Adere	Não Adere
A UFS pratica e incentiva a política dos 5R's?		
A coleta seletiva na UFS atende padrão decorees para as coletas seletivas?		
A UFS realiza coleta seletiva solidária doando para cooperativas e associações de catadores?		
A UFS realiza a separação dos resíduos sólidos descartados?		
Na UFS, as pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e agrotóxicos bem como suas embalagens, após o uso são devolvidos para os comerciantes em atendimento ao sistema de logística reversa criado pela Lei 12.305 (2010)?		
A UFS desenvolveu alguma ação de redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?		
A UFS possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940/2006		
Na UFS é dada a destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável de acordo com o Decreto 99.658 (1990)?		
A UFS incentiva o consumo de produtos recicláveis?		

Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Adere	Não Adere
A UFS oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos servidores e estagiários		
A UFS possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)?		
A UFS possui preocupação com a ergonomia de mobiliário e equipamentos de uso dos servidores e estagiários?		
A UFS possui programa de saúde ocupacional?		
A UFS possui Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)?		
A UFS possui programa de orientação nutricional?		

Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação	Adere	Não Adere
A UFS já realizou capacitação para os servidores técnicos como palestras, minicursos, apresentações ou fóruns, sobre a importância da A3P?		
A UFS já realizou capacitação para os alunos de graduação como palestras, minicursos, apresentações ou fóruns, sobre a importância da A3P?		
A UFS já realizou capacitação para os gestores como palestras, minicursos, apresentações ou fóruns, sobre a importância da A3P?		
A UFS já realizou para os servidores técnicos, como palestras, minicursos, apresentações ou fóruns, sobre consciência ambiental?		
A UFS já realizou para alunos de graduação, como palestras, minicursos, apresentações ou fóruns, sobre consciência ambiental?		

Eixo 5 – Licitações Sustentáveis	Adere	Não Adere
A UFS adquire produtos reciclados?		
A UFS observa a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos?		
Na aquisição de veículos, A UFS observa a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos?		
Existe preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento?		
Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, são observados os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20 (1994), que instituiu o selo ruído?		
Nos editais é exigido que a empresa forneça treinamento aos seus empregados?		
A UFS fornece aos empregados os equipamentos de segurança necessários a atividade?		
Sempre que possível, a entidade realiza a licitação por meio do pregão eletrônico?		
A UFS utiliza equipamentos de limpeza que não gerem ruídos?		

Eixo 6 – Construções Sustentáveis	Adere	Não Adere
A UFS possuía aproveitamento dos recursos naturais como, por exemplo, o uso de energia solar, água da chuva ou das correntes de vento?		
Os projetos de engenharia para construções possuem exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais?		
A UFS prioriza a preservação de áreas naturais		
É observada a produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável?		
É dada a preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza?		
Como critério avaliativo, é observada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras? É dada prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas...)?		

APÊNDICE 3: RESPOSTAS DAS PESQUISAS REALIZADA AO CODAP E ENTREVISTA AO COORDENADOR DO NGA

Perfil	
Cargo/Função Atividade	Técnico Administrativo: 5 Outros: Terceirizado: 5 Técnico informática (função administrativa): 1 Técnico de assuntos educacionais (função administrativa): 1
Faixa etária	18 a 30: 4 30 a 40: 2 Mais de 40: 6
Sexo	Feminino: 9 Masculino: 3
Nível de escolaridade	Superior Completo: 2 Pós Graduação: 2 Mestrado: 1 Doutorado Pós-Doutorado Ensino Médio: 5 Outro: superior incompleto: 2

Resultado do questionário sobre os eixos temáticos				
	Sim	Não	Não Sei	Outro
Você sabe o que é Agenda Ambiental na Administração Pública A3P?	3	2	7	-
As cores da lixeira auxiliam na identificação do descarte do lixo?	10	2	-	-
Já participou de alguma pesquisa sobre a A3P antes?		12	-	-
Você sabe quais são os eixos temáticos da Agenda Ambiental?	1	10	1	-
Você sabe o que é ação sustentável?	8	4	-	-
Você conheceu a campanha "Acerte No Lixo da UFS"?	5	7	-	-
Você tem conhecimento se a UFS faz a coleta de Resíduos Especiais (pilhas, baterias, toner ou material eletrônico)?	11	1	-	-
Os coletores de Resíduos Especiais são de fáceis acesso?	7	3	2	-
Você tem conhecimento se a UFS realiza coleta seletiva solidária para ser doado às cooperativas e catadores?	4	3	5	-
Recebeu algum informativo pela UFS para descartar o lixo corretamente?	4	6	1	1
Você conheceu a campanha "Apague a Luz. Acenda esta ideia!"	9	3		
A UFS desenvolveu alguma ação para redução de energia no CODAP?	4	5	3	
A UFS desenvolveu alguma ação para redução de copos plásticos no CODAP?	3	6	3	
A UFS desenvolveu alguma ação para redução de água no CODAP?	2	7	2	

RESPOSTA DO QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA AO COORDENADOR DO NGA

Dados de Identificação					
Nome: Genésio Tâmara Ribeiro					
Sexo: Feminino Masculino					
Cargo inicial: Professor					
Cargo atual: Professor e Coordenador do NGA					
Faixa etária: 11 a 15 15 a 18 18 a 30 30 a 40 Mais de 40					
Formação: Engenheiro Florestal					
Especializações: DSc Entomologia					
Sede do NGA: Campus de São Cristóvão					

- **Quando o NGA foi formado? O NGA foi criado a partir do Programa UFS Ambiental, que num primeiro momento tinha como responsabilidades o tratamento dos Resíduos na UFS. O NGA foi criado a partir da nomeação de seu coordenador a partir de 20 de outubro de 2014.**
- **Tem alguma portaria para sua criação? Qual? Não porém, na prática o NGA passou a existir formalmente com a aprovação de seu Regimento Interno em 04/03/2016, mediante Resolução No 03/2016/CONSU**
- **Quando a A3P foi implantado na UFS? A A3P foi aprovada no âmbito da esfera Federal em novembro de 2014 e, em seguida, foi criada a Comissão Gestora de Adesão a A3P, mediante portaria No 2423 de 26/11/2014, ocasião em que teve início efetivo a implantação da A3P. Na prática iniciou sua implantação ainda com a UFS Ambiental, instituindo o Programa de Coleta Seletiva na UFS.**
- **Quais eixos temáticos da A3P foram implantados até agora? Até o momento todos os eixos foram iniciados. Entretanto, alguns estão mais avançados e outros ainda em fase inicial de implantação.**
- **Onde foi aplicado o programa? O programa foi aplicado a diferentes áreas entretanto, nos eixos relativos a “qualidade de vida no ambiente de trabalho” e “Sensibilização e capacitação” ainda tem muito o que fazer, especialmente porque envolve muitos órgãos da Universidade.**

- **Como foi o processo de implementação da A3P? Para cada eixo?**

Eixo 1: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos. Sua implantação antecede a adesão a A3P e envolve a criação de uma área responsável pela política da UFS quanto aos aspectos do consumo de água, energia e diversos bens. Esse processo ainda está em andamento e já apresenta alguns avanços como a provável criação de uma subestação de energia na UFS, bem como os processos de licitações sustentáveis.

Eixo 2: Gestão adequada dos resíduos gerados. Também antecede a adesão a A3P e envolve a criação do programa UFS Ambiental, que iniciou o Programa de Coleta Seletiva na UFS, bem como estratégias administrativas para a redução do consumo de diversos materiais (papel, cartucho, pneus, dentre outros). Inicialmente procurou-se atender somente a coleta seletiva de recicláveis e não recicláveis entretanto, hoje, o programa evoluiu para a Coleta Seletiva de vários outros materiais, como pilhas e baterias, eletro eletrônicos e resíduos orgânicos.

Eixo 3: Qualidade de vida no ambiente de trabalho. Provavelmente esse foi dentre os eixos o que menos avançou. Esse é um problema recorrente em praticamente todos os postos de trabalho no Brasil (não é exclusividade da UFS) e envolve desde iluminação, mobiliário e até exercícios laborais. O passo mais importante para avançarmos na direção de melhorias nesse eixo foi a contratação recente (menos de um ano) de um Engenheiro de Segurança, que junto com o NGA e outros órgãos da UFS, estão trabalhando nos planejamentos dos programas a serem implantados, iniciando com o diagnóstico da situação de Qualidade de vida no trabalho na UFS.

Eixo 4: Sensibilização e Capacitação. Esse eixo já vem sendo executado há muito na UFS. O que percebemos é que as ações de sensibilização e de Capacitação ocorrem de forma isolada e sem uma integração entre as diferentes áreas da UFS. O NGA nos próximos anos pretende promover a integração e otimização desse eixo, focando as ações para resolução dos problemas mais urgentes e que envolvem a área em si.

Eixo 5: Licitações sustentáveis. Iniciou pouco antes da adesão a A3P e hoje, já se avançou muito no aspecto da sustentabilidade. Diversos itens adquiridos pela UFS, tanto para consumo interno quanto na forma de bens já são adquiridos na forma de exigências quanto aos aspectos da sustentabilidade. Alguns exemplos são as lâmpadas fluorescentes que ao serem adquiridas entram no programa de logística reversa; madeira que deve ser certificada pelo órgão ambiental; papel em sua maioria reciclados; dentre outras. A estratégia é avançar na direção das construções sustentáveis, envolvendo o aproveitamento da luz natural, geração de energia por células fotovoltaicas, sistemas de captação e armazenamento de águas das chuvas, iluminação com lâmpadas de led, dentre outras ações.

- **Quais foram às dificuldades encontradas no processo de implementação? As dificuldades envolvem desde a falta de recursos até a falta de interesse da comunidade acadêmica.**
- **Você acha que houve resistência para a implantação do processo? Por parte de quem? No geral não temos tido resistência, muito pelo contrário, a administração da UFS tem apoiado todas as iniciativas. O problema maior realmente passa pela grave situação econômica e política em que vive o Brasil, com reflexos nas Universidades, especialmente em termos de recursos. Por isso, apesar dos trabalhos caminharem não caminham na velocidade que deveriam, em condições normais de recursos.**
- **Você acha que as campanhas para implantação dos eixos da A3P foram correspondidas? Algumas das campanhas já foram avaliadas e realmente surtiram efeito. O índice de aproveitamento dos reciclados coletados na UFS e encaminhados para a Cooperativa de Catadores conveniada era relativamente baixo, devido a se ter misturado muitos resíduos não reciclados. Após a última campanha sobre reciclagem no Campus de São Cristóvão, o índice de aproveitamento aumentou em quase 80%.**

No caso do consumo de papel, houve uma redução significativa, com a

implantação dos memorandos eletrônicos. Ocorreu pequena resistência no início, entretanto hoje esta plenamente implantada e sem a emissão de mais nenhum papel na forma de comunicados internos. Estamos trabalhando agora na linha de implantação dos processos eletrônicos que irá também contribuir para a redução do consumo de papel na UFS.

Dessa mesma forma esperamos melhorar no consumo de energia, consumo de água e de diversos outros bens.

Marque a alternativa que corresponde a sua avaliação em cada item solicitado, seguindo a escala abaixo:

Adere	Não Adere
-------	-----------

Eixos temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública –A3P

Eixo 1: Uso Racional dos Recursos Naturais e bens públicos	Adere	Não Adere
A UFS desenvolve alguma ação de redução do consumo de papel?	X	
A UFS desenvolve alguma ação de redução do consumo de energia?	X	
A UFS desenvolve alguma ação de redução do consumo de água?	X	
A UFS desenvolve alguma ação de redução do consumo de copos de plásticos descartáveis?	X	
A UFS desenvolve alguma ação de redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?	X	
Na UFS é dada a destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável de acordo com o Decreto 99.658 (1990)?		X

Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados	Adere	Não Adere
A UFS pratica e incentiva a política dos 5R's?	X	
A coleta seletiva na UFS atende padrão de cores para as coletas seletivas?		X
A UFS realiza coleta seletiva solidária doando para cooperativas e associações de catadores?	X	
A UFS realiza a separação dos resíduos sólidos descartados?	X	
Na UFS, as pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e agrotóxicos bem como suas embalagens, após o uso são devolvidos para os comerciantes em atendimento ao sistema de logística reversa criada pela Lei 12.305 (2010)?	X	
A UFS desenvolveu alguma ação de redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?	X	
A UFS possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940/2006.	X	
Na UFS é dada a destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável de acordo com o Decreto 99.658 (1990)?		X
A UFS incentiva o consumo de produtos recicláveis?	X	

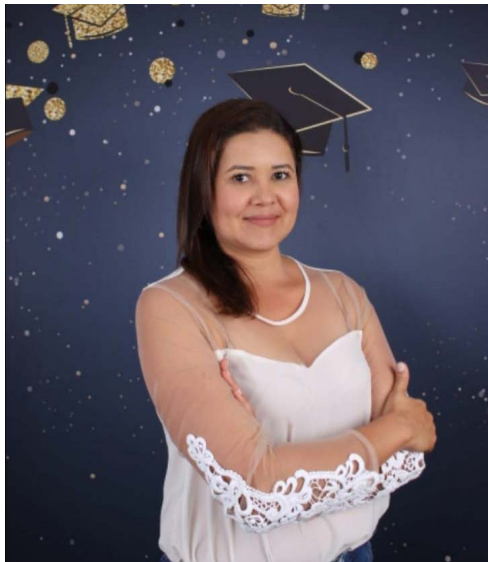
Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Adere	Não Adere
A UFS oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos servidores e estagiários		X
A UFS possui grupo especializado/capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)?	X	
A UFS possui preocupação com a ergonomia de mobiliário e equipamentos de uso dos servidores e estagiários?		X
A UFS possui programa de saúde ocupacional?	X	
A UFS possui Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)?	X	
A UFS possui programa de orientação nutricional?		X

Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação	Adere	Não Adere
A UFS já realizou capacitação para os servidores técnicos como palestras, minicursos, apresentações ou fóruns, sobre a importância da A3P?		X
A UFS já realizou capacitação para os alunos de graduação como palestras, minicursos, apresentações ou fóruns, sobre a importância da A3P?		X
A UFS já realizou capacitação para os gestores como palestras, minicursos, apresentações ou fóruns, sobre a importância da A3P?		X

Eixo 5 – Licitações Sustentáveis	Adere	Não Adere
A UFS adquire produtos reciclados?	X	
A UFS observa qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos?	X	
Na aquisição de veículos, A UFS observa a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos?	X	
Existe preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento?	X	
Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, são observados os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20 (1994), que instituiu o selo ruído?	X	
Nos editais é exigido que a empresa forneça treinamento aos seus empregados?	X	
A UFS fornece aos empregados os equipamentos de segurança necessários a atividade?	X	
Sempre que possível, a entidade realiza a licitação por meio do pregão eletrônico?	X	
A UFS utiliza equipamentos de limpeza que não gerem ruídos?	X	

Eixo 6 – Construções Sustentáveis	Adere	Não Adere
A UFS possuía aproveitamento dos recursos naturais como, por exemplo, o uso de energia solar, água da chuva ou das correntes de vento?		X
Os projetos de engenharia para construções possuem exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais?	X	
A UFS prioriza a preservação de áreas naturais	X	
É observada a produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável?	X	
X É dada a preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza? X	X	
Como critério avaliativo, é observada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras? X É dada prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas...)?	X	

Sobre a Autora



Emília Costa da Silva

Pós-graduando em Conciliação e Mediação de Conflitos pelo Centro de Mediadores(2023), Especialista em Educação e Jogos de Aprendizagem pela Faculdade Vale do Imigrante-FAVENI (2022).Graduada em Pedagogia e Língua Inglesa pela Universidade Estácio de Sá (2021-2022). Graduada em Bacharelado em Administração Pública pela Universidade Federal de Sergipe (2019). Atuou como Educadora Técnica Profissional em Administração do CENTRO DE EXCELÊNCIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BERILA ALVES DE ALMEIDA/SEDUC-SE (2021-2023) e lecionou Inglês pela Prefeitura de Nossa Senhora das Dores (2024). Atualmente, é professora substituta na área de Língua Estrangeira Inglês pelo Instituto Federal de Sergipe -IFS, Campus Estância.

Índice Remissivo

A

- administração 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 25, 26, 27, 29, 33, 37, 41, 49, 53, 58, 59, 60, 72
- administração pública 12, 14, 16, 17, 18, 19, 23, 25, 26, 27, 29, 53, 59
- agenda pública 13, 23, 53
- ambientais 11, 12, 13, 14, 21, 23, 27, 28, 30, 52, 53, 58, 67, 68, 73, 74
- aplicação 10, 12, 14, 26, 27, 28, 34, 53, 58
- aspectos ambientais 13, 23, 28
- atividades administrativas 12, 15
- atores sociais 17, 19, 21

C

- capacitação 12, 24, 25, 28, 44, 48, 51, 53, 54, 68, 70, 74
- coletividade 13, 16, 17, 19, 20
- conferências ambientais 13
- conscientização 10, 42, 46, 54
- conservação ambiental 18
- consumo 10, 11, 13, 14, 16, 23, 24, 25, 26, 28, 33, 41, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 67, 68, 71, 72, 73, 74
- consumo consciente 16

D

- danos ambientais 30
- degradação 17
- desenvolvimento sustentável 11, 21, 23, 24, 27, 57
- diminuição 10, 14

E

educação ambiental 17, 18, 21

eixos temáticos 12, 24, 25, 27, 40, 47, 50, 53, 62, 66, 69, 70

empresas 11, 16, 18, 52, 58, 68, 74

entidades públicas 11, 16

F

função administrativa 29, 69

funcionários administrativos 10, 14, 34, 53

G

gestão 12, 13, 17, 22, 23, 24, 25, 42, 43, 54, 58, 59

gestão ambiental 12, 13, 17, 22, 23, 54, 58

gestores 12, 23, 28, 29, 51, 55, 68, 74

governança ambiental 23

I

impactos 11, 12, 24, 25, 28, 50, 52, 54, 55, 58, 67, 68, 73, 74

implementação 12, 14, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 34, 39, 48, 53, 56, 66, 71, 72

instituições 11, 12, 16, 18, 23, 24, 26

L

legislações ambientais 27

M

medidas 14, 17, 18, 27, 34, 44

meio ambiente 11, 13, 14, 16, 17, 23, 25, 28, 50, 54, 55

O

organização 15, 16, 25, 34

organizações 10, 16, 19, 20, 57

órgão ambiental 49, 55, 72

órgão público 13

P

padrões insustentáveis 11, 24

partições administrativas 14

política pública 17, 19, 20, 21, 22

políticas ambientais 13

práticas sustentáveis 29

preocupação 11, 13, 29, 33, 47, 50, 67, 74

problemas ambientais 13, 14, 23

programa 10, 11, 12, 13, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 34, 38, 39, 40, 41, 47, 48, 49, 51, 53, 55, 58, 66, 67, 70, 71, 72, 74

projeto ecológico 12

proteção 11, 17, 23

públicas 10, 11, 12, 16, 19, 20, 21, 23, 24, 53, 58

Q

questões ambientais 12, 21, 23, 53

R

recursos naturais 10, 12, 13, 14, 16, 23, 24, 25, 27, 28, 30, 48, 51, 53, 58, 68, 71, 74

redução 12, 15, 16, 19, 41, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 64, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74

S

sensibilização 12, 24, 25, 28, 39, 44, 45, 48, 53, 54, 71

servidores 10, 12, 14, 17, 24, 25, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 41, 43, 51, 53, 54, 55, 67, 68, 74

setores administrativos 14

setor público 15, 17, 20

socioambientais 12, 24, 26, 58

sustentabilidade 14, 18, 19, 21, 23, 25, 29, 49, 55, 59, 72

U

uso racional 11, 12, 13, 16, 24, 25, 26, 27, 28, 29



AYA EDITORA
2024